

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SARAH SORATI DOS SANTOS

**REFLEXOS DE VIRGEM MARIA OU FILHAS DE EVA?**  
A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS/MULHERES ATENDIDAS  
PELAS POLÍTICAS SOCIAIS: REPRODUÇÕES E POSSIBILIDADES.

FRANCA  
2023

SARAH SORATI DOS SANTOS

**REFLEXOS DE VIRGEM MARIA OU FILHAS DE EVA? A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS/MULHERES ATENDIDAS PELAS POLÍTICAS SOCIAIS: REPRODUÇÕES E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como requisito para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

FRANCA  
2023

S237r Santos, Sarah Sorati dos  
Reflexos de Virgem Maria ou filhas de Eva? : a atuação de assistentes sociais com famílias/mulheres atendidas pelas políticas sociais: reproduções e possibilidades / Sarah Sorati dos Santos. -- Franca, 2023  
101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca  
Orientador: Dagoberto José Fonseca

1. Sociedade Brasileira. 2. Serviço Social. 3. Políticas Sociais. 4. Gênero. 5. Relações Étnico-raciais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

### **Impacto potencial desta pesquisa**

Busca-se promover um impacto científico, gerando maior acúmulo acerca da relação entre mulheres usuárias e assistentes sociais, sendo base para pesquisas futuras que aprofundem tais reflexões e um impacto social, incentivando uma prática profissional que contribua para o enfrentamento aos machismo e racismo institucional presentes nas políticas.

### **Impacto potencial de esta investigación**

El objetivo es promover un impacto científico, generando un mayor conocimiento sobre la relación entre las usuarias y las trabajadoras sociales, siendo la base para futuras investigaciones que profundicen estas reflexiones y un impacto social, fomentando una práctica profesional que contribuya a combatir el machismo y el racismo institucional presentes en las políticas.

SARAH SORATI DOS SANTOS

**REFLEXOS DE VIRGEM MARIA OU FILHAS DE EVA?**  
A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS/MULHERES ATENDIDAS  
PELAS POLÍTICAS SOCIAIS: REPRODUÇÕES E POSSIBILIDADES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.  
Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

---

Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra de Oliveira  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

---

Profa. Dra. Celeste Aparecida Pereira Barbosa  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Franca, 08 de Novembro de 2023.

À minha avó, Margarida de Souza (*in memoriam*), que me ensinou a sentir;  
À minha mãe, Gislaine Aparecida Sorati, que me ensinou a voar;  
À minha professora, Taís Pereira de Freitas, que me ensinou a teorizar.  
Será sempre tudo com/por vocês.

## AGRADECIMENTOS

Nesses últimos 2 anos e meio, muitas são as pessoas e eventos que merecem agradecimento. Foram anos de intensas mudanças, grandes encontros e muitas adversidades.

É engraçado como às vezes parece que as coisas vão simples e naturalmente acontecendo, mas quando paramos para observar, cada evento demanda uma infinidade de movimentações externas e internas para se dar. Precisou que eu voltasse para Orlandia, em 2021, para considerar pleitear o mestrado. Precisou que o Renan, meu irmão de alma, me emprestasse o dinheiro para a inscrição, e tantas outras coisas foram necessárias para que hoje eu esteja apresentando essa pesquisa à vocês. Então, considerando que as coisas não simples e naturalmente acontecem, inicio agradecendo a cada uma dessas forças que me guiaram e conduziram a dança de elementos que fizeram tudo ser como foi e é.

Agradeço infinitamente aos meus pais, por me acolherem e apoiarem minhas escolhas, mesmo quando não as entendem. Por brilharem os olhos comigo em cada conquista. Por se envolverem na minha vida o suficiente para que eu saiba que posso sempre contar com eles. Pelos empréstimos que eu juro que paguei. Agradeço e honro a vida e presença de vocês, que mesmo quando dolorida, é boa e única. Ao meu pai, agradeço por não perder a fé e por sempre querer nos proteger (até do que precisamos saber/viver rs). À minha mãe, agradeço por sermos juntas cada vez mais, fortes, por me fazer crer que tudo passa e que por tudo podemos passar. Aqui encerramos mais um ciclo! Nós conseguimos!

Seguindo o percurso sanguíneo, agradeço a outra metade de mim, que é dividida em dois, Igor e Caio, meus irmãos “igualim quem”, que mesmo alcançando a maioridade seguem sendo meus bebês. Mesmo o primeiro morando fora, fazendo Unesp (Rio Claro) e retornando com histórias da vida universitária que me cortam o peito, e eu finjo que não me abalam. Mesmo o segundo agora concursado pela Prefeitura de Orlandia, prestando vestibulares e portando uma maturidade de opinião e posicionamento que me encantam. Mesmo sendo grandes e trilhando seus caminhos, ou até por serem grandes e trilharem seus caminhos, sigo com episódios de vontade de fechá-los em uma redoma e protegê-los do mundo guardando-os só pra mim. Mas isso não é o que o amor faz e eu sei, sei porquê também voei e, por isso, quero mais que tudo que vocês voem e voltem para me contar o que descobriram lá fora. Agradeço por serem como são, me permitirem ser como sou e por sermos juntos, exatamente o que somos: incríveis!

Além destes, agradeço a cada companheira e companheiro que encontrei nessas andanças profissionais, em São Carlos, Uberlândia e Uberaba, pessoas com as quais me identifiquei profissionalmente. Agradeço por compartilharmos frustrações, mas também pelo ânimo de olhar para o lado e não estar só.

Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos que estiveram mais próximos nessa caminhada, arrumando as mudanças em caixas, insistindo em mandar mensagem mesmo depois de dias sem resposta, me acolhendo em suas casas, respeitando meus silêncios e também fazendo barulho comigo. Vocês que seguraram os meus choros (que não foram poucos), rezaram por mim com sinceridade, agradeço pela parte. Vocês são família e serei sempre grata pela relação que construímos.

Por fim, meus mestres! Ah, Tais, como descrever a sensação de saber que você não estaria presente no momento da banca... Faltou o ar por instantes, mas ao mesmo tempo, sinto a sua presença em toda a dissertação e isso me tranquiliza. Eu respeito e amo cada uma das suas muitas fases e agradeço pela sua contribuição nas minhas! Dagô, você foi despertar e luz até quando não respondia às minhas mensagens, foi vendo você em toda a sua agência e movimento que não me permiti desistir, agradeço as suas palavras ditas e escritas, pois foi por admirá-las que cheguei até aqui.

Agradeço nesse espaço a todas as pessoas lembradas, ainda que esteja ciente de que faltam palavras que contemplem o tamanho e a importância da contribuição de cada uma aqui. Agradeço às que já se foram e aqui deixaram parte.

Agradeço por, mesmo quando sozinha, não estar só.

*Mas bem-aventurados os que têm fome e sede  
de justiça, pois eles serão saciados  
Erga a voz, julgue com justiça  
Defenda os direitos dos pobres e dos  
necessitados  
Mas lembrem-se, dai a Cesar o que é de Cesar  
e dai a Deus o que é de Deus (amém).  
(Cesar MC)*

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal pensar a relação entre assistentes sociais e mulheres usuárias das políticas sociais a partir dos perfis históricos e contemporâneos das sujeitas, tendo em vista os papéis sociais diferenciados atribuídos às mulheres. Para tanto, apresenta-se em três capítulos, sendo primeiro necessário retomar de onde se vem, resgatando a formação da sociedade brasileira a partir da invasão dessas terras e as relações aqui estabelecidas; então, em segundo, observar as soluções propostas pela aliança funcional Igreja-Estado, desde as protoformas à institucionalização das políticas sociais e do Serviço Social e por fim, trilhar caminhos próprios, reconhecendo nas identidades, transformações e prevalências. Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se as vivências da pesquisadora, bem como o rap como instrumento de observação da realidade social. Assim, tem-se que apesar das muitas mudanças ocorridas no seio da categoria e na sociedade, ainda se observa a reprodução de tendências nessa relação dicotômica entre profissionais e usuárias, de um lado reflexos de Virgem Maria e de outro, filhas de Eva.

Palavras-chave: Sociedade Brasileira . Serviço Social . Políticas Sociais . Gênero . Relações Étnico-raciais.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo principal reflejar sobre la relación entre trabajadoras sociales y las mujeres que usan las políticas sociales frente de los perfiles históricos y actuales de ellas, en aras de los roles sociales distintos que son asignados a las mujeres. Por tanto, se presenta en tres capítulos, siendo que en el primero es necesario volver a la formación de la sociedad brasileña ante la invasión de estas tierras y las relaciones desarrolladas acá; entonces, en el segundo, reconocer soluciones que son propuestas por la unión Iglesia-Estado, desde las protoformas a la institucionalización de las políticas sociales y del Trabajo Social y por fin abrir nuevos caminos, reconociendo en las identidades, transformaciones y continuidades. Además de la investigación bibliográfica, se utilizó las vivencias de la investigadora, así como el rap como herramienta de observación de la realidad social. Así, se tiene que a pesar de las tantas transformaciones que se ocurrieron en la categoría profesional y en la sociedad, lo que se observa aún es la reproducción de tendencias en esta relación dicotómica entre profesionales y mujeres que usan los servicios, de un lado los reflectores de Virgen María y de otro las hijas de Eva.

Palabras-clave: Sociedad brasileña . Trabajo Social . Políticas Sociales . Género . Relaciones étnico-raciales.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS - Associação brasileira de ensino em serviço social;

BH - Belo Horizonte;

BPC - Benefício de Prestação Continuada;

CadÚnico - Cadastro Único;

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensão;

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais;

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo;

CEME - Central de Medicamentos;

CF/88 - Constituição Federal de 1988;

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social;

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social;

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social;

DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social;

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;

FHC - Fernando Henrique Cardoso;

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor;

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social;

IAPM - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos;

IAPs - Institutos de Assistência Previdenciária;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social;

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social;

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social;

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência;

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social;

OMS - Organização Mundial da Saúde;

ONGs - Organizações não-governamentais;

PBF - Programa Bolsa Família;

PET - Programa de Educação Tutorial;

PNAD Contínua ou PnadC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua;

PT - Partido dos Trabalhadores;

RF - Responsável Familiar (do Cadastro único);

SAGI/MDS - Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação/Ministério do Desenvolvimento Social;

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;

SUS - Sistema Único de Saúde;

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação;

UCMG - Universidade Católica de Minas Gerais;

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - “EU VIM DE LÁ, EU VIM DE LÁ...”.....</b>	<b>21</b>
1.1 “Sou reflexo da sociedade, reflexo virou matéria”: breve histórico da formação social brasileira.....	22
1.2 “Família brasileira, dois contra o mundo”: considerações sobre famílias.....	28
<b>CAPÍTULO II - “QUERO SOLUÇÃO SIM, POIS QUERO CANTAR!”.....</b>	<b>35</b>
2.1 “Nunca deu nada pra nós, nunca lembrou de nós”: gênese das políticas sociais e contradições.....	36
2.2 “Novas embalagens pra antigos interesses”: Criação do serviço social enquanto produto da herança patriarcal/divisão étnico-racial e sexual do trabalho.....	44
<b>CAPÍTULO III - “SE O CAMINHO É MEU, DEIXA EU CAMINHAR”.....</b>	<b>58</b>
3.1 “Não precisa ser Amélia pra ser de verdade”: perfis contemporâneos das Assistentes Sociais e das mulheres/famílias atendidas pelas políticas sociais.....	59
3.2 “Sonho meu...”: Reflexões sobre a situação contemporânea: conjuntura, agravamentos e possibilidades da atuação de assistentes sociais.....	73
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

O desenrolar da pesquisa que culminou na feitura desta dissertação parte, como outras das ciências sociais, de inquietações que foram se tornando gritantes quanto mais me envolvia no/com o Serviço Social. Na medida em que a rebeldia sem causa da adolescência foi se tornando ação política consciente, se fez necessário teorizar e conceituar a revolta. Assim, com inspiração principal nas reflexões propostas por Mirla Cisne e Renata Gonçalves, caminhamos na problematização da feminização da nossa profissão e seu lugar histórico na reprodução social e manutenção do sistema.

Produzir ciência no Brasil não é fácil, em se tratando de ciências humanas e sociais aplicadas, os entraves são ainda mais complexos. Essa pesquisa e as pessoas nela envolvidas viveram pandemia, tecnologização da educação superior, um governo negacionista e contrário aos princípios éticos e ideológicos, campanha e eleições extremamente polarizadas, além de diversos acontecimentos a nível micro, da subjetividade e da personalidade. Assim sendo, ela é viva e nos acompanhou durante minha iniciação no mercado de trabalho formal, que fez necessária sua mudança de direção; nas três mudanças de cidade e trabalho que se passaram e nas quais buscamos sentido para essa produção.

A nossa preocupação em construir uma pesquisa que fizesse sentido no cotidiano fez com que os espaços sócio-ocupacionais em que atuei nos últimos dois anos fossem também parte importante do que hoje apresentamos. Em janeiro de 2022, assumi meu primeiro emprego na área, contratada como assistente social no Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes na cidade de São Carlos/SP. Esse lugar me despertou um olhar sobre famílias e, novamente, sobre o papel esperado da mulher-mãe e como o Estado lida quando, por diversos fatores nem sempre levantados e considerados, a mesma “não dá conta” de desempenhá-lo como é entendido “corretamente”. Neste ponto, longe da bolha confortável da universidade, vi que era possível profissionais considerarem mais importante relatar o grau de limpeza de uma casa do que a qualidade do vínculo entre criança e mãe/família, reforçando a contradição que me move nessa caminhada: do papel esperado/imposto a nós, mulheres executoras das políticas, frente às mulheres usuárias delas.

Tudo isso durou pouco mais de dois meses, quando fui convocada em concurso público na Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG e alocada na Casa da Mulher, localizada anexo à Delegacia da Mulher, atuando no acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Não sem dores, busquei enxergar a potência do trabalho cotidiano com esse público, inclusive na possibilidade de

transformar, além da vivência, o acúmulo teórico que venho desenvolvendo nos últimos 4 anos, em combustível nos atendimentos individuais, espaços de maior liberdade e onde sentimentos como culpa e vergonha são a regra. Lá, ficou ainda mais latente o quão fortes e profundas são as amarras que nos prendem em relações e papéis sociais que não nos cabem, ainda em uma conjuntura político-ideológica que favoreceu práticas institucionais violentas, preconceituosas e misóginas.

Em março de 2023 uma nova mudança, assumi o cargo de assistente social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba, local onde me graduei. Retornar a esse espaço atuando no Departamento de Atenção à Saúde do Servidor é estar em um novo lugar, apesar de conhecido. Neste momento, observo atentamente as formas com que se expressam as relações de gênero no espaço institucional, o adoecimento que atinge majoritariamente as mulheres, a sobrecarga naturalizada e busco direcionar os meus estudos até então para um olhar ampliado de saúde, que considera as particularidades dos grupos sociais e suas demandas, também particulares.

Para a categoria, entendemos ser de extrema relevância o revisitar de antigas feridas para pensar, repensar e propor mudanças nas práticas profissionais contemporâneas, já tão cerceadas pelos limites dos espaços e políticas, racismo institucional e demais. É por amar demais a profissão que escolhi, me reservo o direito de problematizá-la sempre que possível e necessário. Enquanto sujeitas sociais, somos atravessadas pela contraditoriedade de sofrer as opressões diversas que se renovam vinculadas ao processo histórico-social e, ao mesmo tempo, por um número de registro no CRESS, representar instituições e políticas que podem, em grande medida, reproduzir e reforçar diferenças. Somos instrumento e objeto.

Ainda hoje, observamos no imaginário das pessoas estereótipos de assistente social em muito vinculados aos primórdios da profissão: somos ditas a mulher “boazinha”, religiosa, doce e gentil, exemplo de moral e que faz de tudo para “ajudar” o próximo, consequentemente branca; ou ainda, a mulher que tira as crianças das famílias (em geral, negras) baseada em uma ideia fixa de família e afeto. É evidente que, embora essa seja a imagem que “colou” e devemos entender o que ela diz e a quem interessa, sempre houve assistentes sociais que contrapunham esse perfil. Nesta categoria última se encontra Dona Ivone Lara, que além de *dama do samba é fruta rara*<sup>1</sup> sendo uma das primeiras assistentes sociais negras e que dá nome aos capítulos dessa pesquisa.

---

<sup>1</sup> Referência à música Dona Ivone Lara, composta por Martinho da Vila em homenagem à sambista, presente no CD Martinho da Vila, da roça e da cidade, de 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lh604WCV5OU&t=19s>. Acesso em: 06/09/2023

Yvonne Lara da Costa nasceu no Rio de Janeiro em 1921, aos 9 anos ingressou como aluna de internato para meninas Orsina da Fonseca, aos seus 12 perdeu a mãe Emerentina e, aos 16, seu tio Dionísio Bento da Silva a retirou do colégio, levando-a para residir consigo (Santos, 2005). Em entrevistas, Ivone sempre referiu boas lembranças da sua época enquanto interna e observamos que esse momento foi crucial para seu acesso à educação formal - em uma época em que a noção de cidadania se pautava na exclusão de pretos e pobres - o que ocorreu, segundo conta, por uma promessa feita à sua mãe,

Então, a patroa da minha mãe, que gostava muito da minha mãe, antes de a minha mãe morrer ela disse: “A única coisa que eu posso fazer pela sua filha, já que você não quer me dá ela de papel passado, eu vou cuidar da educação da sua filha”. Ela [a patroa] trabalhava num colégio municipal que tinha trezentas alunas internas. Então ela me internou, e nesse colégio interno foi que então houve essa modificação toda. Eu ali aprendi a ler, escrever. E fui seguindo os regimes do colégio interno, que era bem rígido. E foi ótimo pra mim. Porque se eu fosse criada aqui fora eu não ia ter estudado tanto. (Lara, 2004, p. 160)

Foi assim que Ivone pôde se desviar do destino imposto às jovens negras da época, tendo oportunidades, o que para muitas era negado, possibilitando explorar suas potencialidades conquistando ensino superior, profissão formal e lugar de destaque na cultura e música brasileira. Portanto, “andava entre dois mundos: de um lado a realidade da classe média vivenciada na escola e na universidade; de outro, o da família pobre de tradição cultural negra” (Scheffer, 2016, p. 488), unindo a sua trajetória profissional de enfermeira, para visitadora social e então assistente social, onde ficaria até sua aposentadoria, às suas influências e referências negras.

Concordamos com Scheffer (2016) quando diz que a história de Dona Ivone Lara nos permite reconciliar com a primeira geração profissional, contribuindo para um processo de humanização dessas mulheres que “não foram feministas, não eram de esquerda; foram, sim, mulheres reformistas em sua maioria, que contribuíram para a criação do Serviço Social brasileiro e para o avanço das políticas sociais nos limites da época [...]” (Scheffer, 2016, p. 493). E cá estamos, frutos de Ivone, reforçando a importância da participação e protagonismo das diversidades no ensino superior, na categoria, na feitura e execução das políticas sociais, para uma prática legítima e que aproxime assistentes sociais e pessoas usuárias dos serviços pelo ponto de partida.

Com isso, além de contribuir para a “problematização da feminização da nossa profissão e seu lugar histórico na reprodução social e manutenção do sistema”, - citada no primeiro parágrafo desta introdução - buscamos pensar as relações dessas mulheres diversas,

por muito tempo entendidas como em lados opostos. É aqui em que se encontra a referência do título dessa dissertação “Reflexos de Virgem Maria ou filhas de Eva?”, tendo em vista que inicialmente impunham a nós, assistentes sociais, características marianas para na gentileza e docilidade doutrinar as mulheres que se encontravam do outro lado, filhas de Eva, portadoras do pecado capital.

Apesar de hoje subsidiadas por um Projeto Ético-Político Profissional historicamente construído e que articula o profissional com um projeto societário, a categoria não é homogênea e convive com diferentes perspectivas que podem nos aproximar ou não das nossas pioneiras. Assim, observar o perfil de assistentes sociais ao longo dos anos, suas mudanças e prevalências, é também pensar o projeto, pois torna possível, diante das construções postas, nos movimentarmos com a realidade e pensarmos a prática profissional e suas tendências.

Para tanto, essa pesquisa faz uso do materialismo histórico-dialético enquanto método, tendo em vista principalmente a direção hegemônica e histórica seguida pela categoria do Serviço Social, alinhando o texto às principais referências da área. A escolha desse método implica “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p. 53). Com isso, a pessoa que pesquisa tem seus procedimentos determinados pela estrutura e dinâmica do objeto, tendo em vista que, segundo explicita Netto (2011, p. 52),

[..] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação.

Nessa perspectiva, nossa tarefa é apreender a essência, estrutura e a dinâmica do objeto em questão, reproduzindo seu movimento real no plano do pensamento e, assim, construindo teoria. Observamos o papel central e ativo do sujeito que pesquisa no processo de investigação, com o objetivo de "apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas" (Marx, 1968, p. 16 apud Netto, 2011, p 25).

Para isso, desenvolvemos pesquisa bibliográfica, revisando literatura pré-existente principalmente sobre os eixos: formação sócio-histórica do Brasil, políticas sociais e Serviço Social brasileiro, relacionando os conhecimentos já produzidos com análises e discussões contemporâneas sobre os assuntos. Outro ponto é a pesquisa qualitativa, entendendo que “no

tratamento qualitativo, utiliza-se a compreensão e interpretação dos dados, com atenção aos significados que neles se expressam, incorporando-os ao desenvolvimento das análises” (Rangel; Rodrigues; Mocarzel, 2018, p. 9). Assim, utilizamos materiais que demonstram percentuais e números, como as pesquisas do CFESS com relação ao perfil das assistentes sociais e pesquisas que levantam informações sobre as famílias inscritas no Cadastro Único, no entanto buscando desvelar as qualidades que se apresentam e articulando-as com as reflexões bibliográficas.

Ademais, entendendo a metodologia enquanto percurso, destacamos que essa pesquisa foi efetivamente escrita entre 2022 e 2023, porém sua produção se iniciou muito antes. Nesse sentido, parte fundamental que referencia a mesma desde a escolha do tema e título são minhas observações cotidianas compartilhadas com meu orientador, partindo da Sarah menina sem cor à Assistente Social assumindo seu lado e identidade. Por isso, em momentos oportunos, incorporamos ao texto aproximações com relatos de experiências para enriquecer o debate proposto e exemplificar as temáticas abordadas no cotidiano da vida pessoal, acadêmica e profissional. Assim,

Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento. O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais. O seu registro por meio da escrita é uma relevante possibilidade para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos [...]. (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 63)

Portanto, essa pesquisa não é impessoal ou neutra, pois acreditamos ser impossível que enquanto pesquisadoras nos dispamos das vivências e percepções anteriores à escrita ou externas à academia na construção do conhecimento, o que justifica o uso da primeira pessoa no discurso. Por outro lado, conforme aponta Netto (2011, p 23), “essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica”. Essa é, dentre outras, a importância da participação ampliada das diversidades de sujeitos nos meios universitários, sendo também baseada nas experiências pessoais, culturais e sociais que se dá a escolha das referências bibliográficas.

Característica importante a ser destacada enquanto metodologia desta dissertação é o uso de letras musicais para ilustrar os debates trazidos, tendo em vista a necessidade ainda latente de legitimar essas produções, principalmente se tratando de representações da cultura periférica, enquanto ciência e academicamente potentes e viáveis. Aqui, escolhemos

principalmente o rap, por fazer parte da minha trajetória pessoal e representar uma ferramenta histórica de luta, resistência e construção de identidade dos grupos marginalizados assumindo, em especial no Brasil, um caráter anti sistêmico, de conscientização e mobilização social, promovendo análise crítica da conjuntura e realidade,

A cultura Hip Hop no Brasil e sua vertente musical, o RAP, foram recepcionadas por jovens moradores da periferia de São Paulo. Desde sua origem, o RAP se mostrou ser uma expressão urbana, e São Paulo, a maior concentração humana da América Latina, parece ter sido estrategicamente escolhida para que o movimento pudesse vivenciar seus problemas, suas tensões e contradições sociais no cenário urbano. É nesse contexto de exclusão e de marginalização que o RAP se encaixa como meio de luta e de sobrevivência no Brasil. (Righi, 2011, p. 53)

Essas produções nos fazem atentar ao fato de que indivíduos já observavam determinados fenômenos sociais muitas vezes sem acessarem a ciência “formal” ou antes mesmo dela dar nome efetivamente a eles e esses saberes não devem ser ignorados, mas somados, entendendo que a pesquisa segue o movimento da sociedade e essa última se expressa de diferentes formas. Neste ponto, concordamos com Gramsci (1978, p. 11) quando demonstra que “[...] todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente (porque, inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem” está contida uma concepção de mundo)”. Assim, identificamos o RAP enquanto elaboração crítica na medida em que apresenta “[...] a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário.” (Gramsci, 1978, p. 12)

Além disso, sendo precursor do RAP, o samba aparece para dar nome aos capítulos dessa dissertação, escolha que se deu por vários motivos: dentre eles, a memória das cantorias da infância e da malandragem de meu avô; a influência do samba, antes do rap, no sentimento de comunidade da população negra e sua capacidade de resistir, ainda que apropriado e em muito embranquecido; talvez mais ainda por vir pela voz de Dona Ivone Lara, que aqui tem papel e lugar especiais por sua representação e vinculação com o tema, conforme já exposto.

Assim, desenvolvemos pesquisa qualitativa pautada nos referenciais levantados, a partir de método que compreende a importância dos processos históricos para os acontecimentos contemporâneos e fazemos uso de música e poesia, na pretensão de tornar o debate popular e acessível. Com isso, buscamos atingir o objetivo de pensar a relação histórica entre assistente sociais e as famílias/mulheres atendidas pelas políticas sociais, por

meio do estudo da formação social brasileira e da gênese do serviço social, contextualizando a necessidade e importância das políticas sociais no Brasil e analisando os perfis históricos e contemporâneos das assistentes sociais e das famílias/mulheres atendidas pela política, destacando reproduções e potencialidades.

Para a observação do perfil profissional serão utilizadas duas pesquisas desenvolvidas pelo CFESS em momentos distintos, sendo a primeira lançada em 2006, com dados coletados em 2003 e 2004 com base em amostragem, apresentando margem de erro definida por estatística em 3% e nível de confiança de 95% (CFESS, 2006), distribuída entre os 24 CRESS e seccionais e a segunda *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*, elaborada a partir de pesquisa realizada durante o recadastramento de profissionais entre 2016 e 2019, de modo que de 176.524 inscrições ativas, 44.212 realizaram o recadastramento e 9.816 responderam o questionário da pesquisa.

Apesar das metodologias adotadas em cada uma das pesquisas desenvolvidas pelo CFESS serem diferentes, sendo a primeira por amostragem e a segunda por adesão voluntária, julgamos importante observá-las e compará-las para o desenvolvimento do trabalho, pois seus dados são coerentes com as percepções aferidas pela bibliografia. Ademais, a falta de padronização das pesquisas e a dificuldade em sistematizar dados de forma eficaz, considerando que parte das informações necessárias são fornecidas pelas assistentes sociais aos CRESS no momento da inscrição e atualizadas em sistema próprio, é também uma informação importante que reflete fragilidades organizativas da categoria profissional.

Para alcançar os objetivos pretendidos, buscamos primeiro resgatar de onde viemos para então pensar soluções e trilhar os caminhos que são nossos, assim dispendo a dissertação em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O inicial, intitulado **“Eu vim de lá, eu vim de lá!”**, dividimos em 2 itens sendo: 1.1 *“Sou reflexo da sociedade, reflexo virou matéria”*: breve histórico da formação social brasileira e 1.2. *“Família brasileira, dois contra o mundo”*: considerações sobre famílias para expressar as bases conceituais que nos acompanharam durante todo o texto. Buscamos traçar brevemente os processos históricos que fundaram o Brasil enquanto sociedade, com centralidade nos elementos de etnia-raça e gênero que embasaram as definições dos papéis sociais e sobre os quais se estruturam as relações.

No segundo, **“Quero solução sim, pois quero cantar”**, nos aproximamos sarcástica e contraditoriamente das políticas sociais enquanto “solução”, contextualizando o cenário sócio-político em que tais iniciativas emergem em um primeiro momento, 2.1 *“Nunca deu nada pra nós, nunca lembrou de nós”*: gênese das políticas sociais e contradições, e consequentemente, no posterior 2.2 *“Novas embalagens pra antigos interesses”*: Criação do

*serviço social enquanto produto da herança patriarcal/divisão étnico-racial e sexual do trabalho*, com foco na institucionalização do Serviço Social partindo de suas protoformas. Neste capítulo, passamos a identificar tendências que perpassam os dois tópicos principais: as políticas sociais e o serviço social, tendo em vista seu caráter historicamente vinculado às classes hegemônicas e direcionado à manutenção das mesmas.

Com isso, é possível chegar ao Capítulo III, intitulado **“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”**, enfatizando as transformações e prevalências históricas quanto aos perfis de profissionais das políticas, assistentes sociais, e atendidas pelas mesmas. Em 3.1 *“Não precisa ser Amélia pra ser de verdade”*: *perfis contemporâneos das Assistentes Sociais e das famílias/mulheres atendidas pelas políticas sociais*, contaremos com pesquisas desenvolvidas pelo CFESS, conforme supracitado, para observar como se identificam as assistentes sociais brasileiras e a possível influência disso na prática profissional, além de dados levantados pelo Cadastro Único, identificando o perfil das pessoas usuárias das políticas, problematizando essa relação.

É importante e necessário destacar que os últimos quatro anos (2018 a 2022) foram de intensificação da precarização das políticas sociais e serviços que a compõem o que reflete na falta de transparência e divulgação da real condição das mesmas. Nesse ínterim, temos que a última sistematização dos microdados do CadÚnico, que nos permite observar a cara, cor e tamanho da desigualdade social brasileira, deixou de ser inserida na plataforma em 2018. Esse fato somado ao discurso adotado pelo governo de que a economia estaria crescendo e a qualidade de vida dos brasileiros aumentando, na contramão da realidade observada por quem está na linha de frente, nos faz pensar não ser por acaso que as informações não cheguem ou se percam.

Com isso, observamos que a natural dinamicidade da realidade foi potencializada nos últimos anos pelos atravessamentos de uma pandemia sanitária somada ao avanço do ultra-liberalismo e neofascismo. Portanto, dedicamos um momento especial nesta pesquisa para refletirmos sobre a conjuntura das políticas, destacando acontecimentos da história recente que nos ajudam a traçar um panorama atual, tendo em vista que os principais referenciais utilizados se encontram ainda (ou já) desatualizados. Esse momento está no item 3.2 *“Sonho meu...” Reflexões sobre a situação contemporânea: conjuntura, agravamentos e possibilidades da atuação de assistentes sociais*.

## CAPÍTULO I - “EU VIM DE LÁ, EU VIM DE LÁ...”<sup>2</sup>

“Quer saber o que me move? Quer saber o que me prende?  
São correntes sanguíneas, não contas correntes  
Não conta com a gente pra assinar seu jornal  
Vocês descobriram o Brasil, né? Conta outra Cabral  
É um país cordial, carnaval, tudo igual  
Preconceito racial mais profundo que o Pré-Sal  
Tira os pobre do centro, faz um cartão postal  
É o governo tramando, Photoshop social  
Bandeirantes, Anhanguera, Raposo, Castelo  
São heróis ou algoz? Vai ver o que eles fizeram  
Botar o nome desses cara nas estrada é cruel  
É o mesmo que Rodovia Hitler em Israel”  
(Eu só peço a Deus - Inquérito, 2014)

Neste capítulo, buscaremos desenhar o contexto histórico-político de formação da sociedade brasileira com o objetivo de embasar algumas discussões posteriores da pesquisa, destacando a constituição histórica dos papéis sociais das mulheres e tendências para as configurações de famílias.

---

<sup>2</sup> Trecho da música “Alguém me avisou” da dama do samba Dona Ivone Lara (2004). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bWtEjn2u-nY>>. Acesso em: 14/09/2023.

### **1.1 “Sou reflexo da sociedade, reflexo virou matéria<sup>3</sup>”: breve histórico da formação social brasileira.**

O sistema escravista-senhorial é o fato histórico-social de maior relevância para a formação da sociedade brasileira (Moura, 1983) e, nesse debate, fundamental para compreendermos a emergência das políticas sociais e do Serviço Social, bem como os perfis dos sujeitos envolvidos. É nesse momento histórico que, fundamentalmente, se engendram as relações étnico-raciais e de gênero que permeiam até os dias atuais.

Os termos relações étnico-raciais e gênero são utilizados aqui considerando a complexidade inerente a esses processos que têm nas relações sociais, cotidianamente, seu campo de reprodução. Cisne e Santos (2018) utilizam a categoria relações sociais de sexo em crítica ao conceito de “gênero”, que não necessariamente abrange as relações patriarcais e relações sociais de classe e raça, por vezes naturalizando ou biologizando essa condição, portanto destacamos que nesse trabalho, como entendemos que deve ser de fato, gênero assume um caráter relacional, se dando no campo coletivo. Também nesse sentido, com relações étnico-raciais, entendemos a dinamicidade dos marcos historicamente construídos, abarcando, além do negro, o indígena e outros povos e grupos étnicos racializados, embora aqui com destaque principal à população negra.

Isso posto, neste item remontaremos a formação sócio-histórica do Brasil para compreendermos os papéis sociais atribuídos às mulheres e, ainda, ao negro e à negra escravizado/a enquanto agente social dinâmico protagonista da resistência e do potencial de transformação social; tendo em vista que esses sujeitos viriam a se tornar o público-alvo das políticas sociais. Trabalharemos, então, com o conceito de “escravizado” para, bem como com “empobrecido” e “marginalizado”, romper com o estado de natureza, entendendo que os sujeitos não “nascem, crescem e morrem escravos, pobres e marginais sem que haja sistemas de espoliação, exploração, expropriação e marginalização operando política, econômica, cultural, simbólica e psicologicamente na sociedade” (Fonseca, 2009, p. 13).

Como dizia Racionais MC’s (2002, 0:58), “você deve estar pensando o que você tem a ver com isso” e o que se coloca é que “desde o início, por ouro e prata, olha quem morre, então veja você quem mata” (Racionais MC’s, 2002, 1:01). Com a invasão e expropriação das terras brasileiras pelos portugueses, inicia-se o violento processo de conquista que dá as bases de sustentação dessa sociedade. As/aos indígenas, - donos destas terras e alvos de genocídio -

---

<sup>3</sup> Trecho da música “Olho de tigre” do rapper mineiro Djonga (2017). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0D84LFKiGbo>> Acesso em: 14/09/2023.

somam-se, abruptamente, os conquistadores europeus e os/as colonizadores/as africanos/as trazidos para serem escravizados/as. Com isso, se constitui aqui uma nova forma de lidar com a natureza e com “o outro” que se dá sobre exploração e violência.

Observamos que um dos pilares da falsa democracia racial é o mito do senhor benevolente, fruto de campanha portuguesa pautada na mentira e dissimulação. Portugal defendia a benevolência e generosidade de sua missão civilizatória em terras africanas para camuflar o racismo, enquanto saqueava as terras, reprimia os povos e negava suas culturas (Nascimento, 2016). Essa mentira chega ao Brasil e é fortemente disseminada pela Igreja Católica que, além do papel dos missionários cristãos na conquista da África, aqui coleciona pregações em defesa da autoridade dos senhores, da obediência dos servos e da aceitação de sua posição inevitavelmente inferior. Temos que o “cristianismo, em qualquer de suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (Nascimento, 2016, p.63).

O mito do bom senhor é utilizado até os dias atuais para, juntamente com outras lendas justificadoras, fortalecer uma narrativa da conquista por Portugal e escravização dos povos africanos como um processo pacífico e harmônico de assimilação e troca de culturas. Todavia, sabemos que não foi bem assim... Esse momento deplorável da nossa história é marcado pelo mais alto nível da crueldade, com homens e mulheres morrendo por exaustão nas plantações, deformidades físicas causadas pelos açoites, quando não o próprio assassinato, a comercialização de vidas e separação de famílias e, ainda, o estupro como arma de dominação e castração da vontade de rebeldia.

Ademais, o trabalho escravo foi altamente funcional ao desenvolvimento capitalista, ao passo que permitiu o grande acúmulo de riqueza não apenas com seu produto direto para a exportação, como também com o comércio e tráfico lucrativos à metrópole. Vale ressaltar que o povo negro-africano, dono de sua história, desde os navios resistem à escravização e, no Brasil, somam-se exemplos de resistência e contraposição à ordem, como o é a constituição da República de Palmares, “único acontecimento político que conseguiu por em cheque a economia e a estrutura militar colonial” (Moura, 1983, p.125).

A mulher no Brasil Colônia é vista como “voluptuosa e perversa”, ideia iniciada pelo Genesis católico. Com isso, tentou-se criar um modelo de mulher para constituir família e irradiar a fé e moral cristãs, incentivando o matrimônio como uma forma de domesticação (Priore, 1997). Já nesta época, é impossível homogeneizar a condição da mulher na sociedade, de modo que observamos especificidades no papel social esperado/desempenhado de acordo com sua cor/raça/etnia.

Nesse sentido, é à senhora branca que a Igreja Católica reserva o direito à salvação por meio do casamento e da submissão, performando a docilidade e a castidade de Virgem Maria,

Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambientes rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam do domínio do pai, para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. [...] Acresce ainda que, raramente, as mulheres da camada dominante saíam à rua, só deixando a casa praticamente para irem à Igreja, o que nunca faziam desacompanhadas. Tudo indica que a mulher branca da casa-grande, abafada pela rigidez da educação que recebia, pela falta de instrução e pelas sucessivas maternidades, se submetia à autoridade do pai ou do marido. (Saffioti, 1979, p. 168)

Por outro lado, como assinala Sueli Carneiro (2017), as mulheres negras (e indígenas em menor grau, devido ao genocídio) tiveram uma experiência histórica diferenciada que não tem reconhecimento no discurso clássico sobre a opressão das mulheres. Dessas não se esperava fragilidade, sendo submetidas à alta carga de trabalho e ao tratamento desumano em condições de igualdade com os homens mesmos. Ainda assim, o patriarcado se mostra presente na medida em que sofriam com abusos, estupro e violências específicas do sexo.

Essas mulheres se dividiam em duas ocupações: escrava de eito ou produtiva, vinculada à produção propriamente, nas plantações e atividades subsidiárias do corte e engenho (Nascimento, 2010); e mucamas ou escrava não produtiva, responsáveis por todas as atividades referentes a manutenção da casa dos senhores, conforme descreve Lélia Gonzalez (2020, p. 53),

Enquanto escrava de eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta - trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. [...] Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas.

Outro grupo de mulheres presente no período colonial é representado pela mulata, negra “livre” e, em alguma medida, pela branca pobre, as quais, impossibilitadas de se inserir na sociedade formal, tinham como principal meio de subsistência a prostituição, legitimada e incentivada inclusive pela Igreja Católica, para a salvaguarda do casamento branco,

A hipocrisia deste sistema normativo - que quer eleger um modelo ideal de mulher para implantar, com sucesso, a família e a fé católica na colônia, -

explicita-se claramente nos processos que desvendam as formas de contravenção às leis civis e eclesiásticas. Quão distantes da pregação erudita e religiosa não se encontravam as mulatas e negras forras e as brancas empobrecidas, todas mulheres livres a lutar contra as dificuldades do cotidiano. [...] A maternidade, além de sentimento, cuidados com filhos e trabalho de parto, era um laço que unia mães e filhas num mesmo ofício: o da prostituição, com a benção da pobreza e a convivência de pais e maridos. (Priore, 1997, p. 17)

A prostituição, além de defendida para a manutenção da ordem familiar, na medida que os senhores “deveriam pacificar seus ânimos nos bordéis com mulheres “públicas e postas a ganho”, cuja sexualidade era uma mercadoria que caracterizasse seu ofício” (Priore, 1997, p. 19), constituía-se também meio de renda comum entre os escravistas (Nascimento, 2016). Assim, enquanto para umas (as senhoras brancas) era reservada a castidade e o sexo meramente para reprodução, outras (negras e indígenas) eram exploradas e objetificadas, como aponta o rapper Djonga (2019, 0:20), “daquela cor que só serve pra ser abusada”.

Fato é que todo esse processo impõe sobre a constituição da sociedade brasileira pré-conceitos, à época, científica e religiosamente apoiados, que presumiam a superioridade da cor/raça branca. Isso, aliado à herança patriarcal da sociabilidade portuguesa, institui marcadores sociais de raça e sexo que funcionam como desvantagem a determinados grupos na lógica de competição imposta pela passagem ao trabalho livre. Como ressalta Florestan Fernandes (2008, p. 28),

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja, ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

A população negra do prestes e pós-abolição, com base na dita inferioridade da “ciência racial” do liberalismo inglês que influenciou a mentalidade da elite cafeeira, passa a ser responsável pelo nosso atraso, representando um entrave ao desenvolvimento (Fonseca, 2009). “Segundo essa ciência, o Brasil, fundado na miscigenação entre negros, indígenas e brancos, estava fadado ao atraso” (Fonseca, 2009, p. 53), portanto, utiliza-se o branqueamento como estratégia para “solucionar o problema nacional, o negro” (Cardoso, 2014, p. 49). Observamos que,

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra ia desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. (Nascimento, 2016, p. 84)

Para auferir tal objetivo, além do estupro sistemático de mulheres negras por brancos da classe dominante, foi incentivada a vinda de imigrantes europeus. “Espanhóis, alemães, principalmente, italianos chegaram ao Brasil, no período próximo e após a abolição. Eles substituíram o negro no mercado de trabalho, quase que totalmente, em São Paulo [...]” (Cardoso, 2014, p. 50). Com isso, é apenas na década de 1930 que se inicia o processo de urbanização e proletarização do negro no Sudeste, representando também participação na vida econômica e social (Gonzalez, 2020).

Assim, após construir a economia brasileira com seus sangue e suor, o negro e a negra passam a compor a massa marginal, categorizada por José Nun (apud Gonzalez, 2020) pela não funcionalidade de parte da superpopulação relativa, que se torna supérflua em relação ao processo de acumulação hegemônico. É sobre esta principalmente que se expressam as questões relativas ao desemprego e ao subemprego, constituindo posteriormente o público-alvo das políticas sociais, principalmente a Assistência Social.

Poucas eram as possibilidades de trabalho para a população negra, de modo que as/os escravas/os libertas/os antes não produtivas/os – que trabalhavam nas atividades da Casa Grande – tinham ainda maior possibilidade de inserção no mercado. Alguns homens, que sabiam ler e escrever, com a proteção de um branco (pistolão) poderiam conseguir emprego em escritórios e como serventes, ou de caráter liberal: médicos, advogados, motoristas, em números pouco significativos. Já as mulheres, majoritariamente, foram convertidas em empregadas domésticas, trabalhando nas fazendas e casas de famílias abastadas (Fernandes, 2008).

Enquanto isso, os/as que se dedicavam anteriormente ao eito, “sofreram terrivelmente com a Abolição e a fixação na cidade [...]. Mal vestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes. Os homens e as mulheres desse segmento formaram a camada mais desqualificada e paupérrima da população negra” (Fernandes, 2008, p. 94). Temos, então, a marginalização geográfica e social do/a negro/a que, sem chances para

competir no mercado de trabalho formal com os/as demais trabalhadores/as nacionais, se mantem majoritariamente em relações trabalhistas pré-capitalistas.

Florestan Fernandes (2008, p. 83) ressalta a mulher negra como “agente de trabalho privilegiado” no sentido de “ser a única a contar com ocupações persistentes” no pós-Abolição. Todavia, esse ponto também representa o sofrimento dessa mulher com a permanência do padrão escravista nas relações trabalhistas, pelo serviço doméstico. Mesmo que longe de ser o ideal, como empregadas domésticas garantiam mínima estabilidade, ao contrário dos homens negros ex-escravizados, que seguiam, em sua maioria, nos chamados “serviços de negro”, braçais, esporádicos e mal remunerados.

Observamos, com isso, uma tendência de dependência do homem negro sobre a mulher que, na maioria das vezes, era quem garantia a renda da casa. Ainda, devemos lembrar que o modelo de família nuclear, monogâmico e patriarcal, formado (em hierarquia) por marido, esposa e filhos, é um modelo tradicional burguês, branco e ocidental – não sendo referência para a massa negra.

No próximo item, faremos considerações acerca de família; por hora, é importante frisar que o Brasil se constitui sob exploração e escravização de povos e corpos, dívida essa longe de ser liquidada quando observamos o lugar que, ainda hoje, é demarcado ao negro – em especial à mulher negra – na sociedade. Sem essa compreensão, é impossível pensar as políticas sociais.

## 1.2 “Família brasileira, dois contra o mundo<sup>4</sup>”: considerações sobre famílias.

Sabemos que a instituição família, enquanto monogâmica e patriarcal, foi imposta para atender a um fim determinado: a acumulação de riqueza. Por vezes, esse espaço pouco tem de amor e afeto como se tenta acreditar, mas sim culpa, responsabilização e violência. Em última instância, a família é o primeiro espaço de socialização que prepara o indivíduo para o “mundo lá fora” e, como tal, reproduz e mantém as vicissitudes dessa sociabilidade.

Engels (1984 apud Santos, 2020) aponta que, a priori, em diversas sociedades, a união conjugal compreendia muitas pessoas de modo que esse círculo foi sendo fechado gradativamente até a consolidação da atual monogamia. Esta “se configura como primeiro modelo de organização familiar puramente econômico, objetivando garantir mão de obra para manter as riquezas de propriedade do homem, mantendo seu poder, e garantir filhos legítimos para herdá-la” (Santos, 2020, p. 23).

No Brasil que se formava não deveria ser diferente. A herança patriarcal portuguesa, com a participação da doutrinadora Igreja Católica, impõe sobre o país um modelo de família (e, conseqüentemente, de sociedade) baseado no pai provedor – autoridade máxima e praticante da poligamia –, a mulher submissa, passiva, ociosa, sujeitando-se à dominação do pai ou do marido (Freyre, 1983) e filhos educados na e para a mesma lógica.

Como se espera, esse modelo familiar estava reservado aos brancos, sendo que, como explicita Abdias do Nascimento (2016, p. 73) “os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos no que diz respeito à continuidade da espécie nos quadros da família organizada”, uma vez que a “proporção da mulher para o homem estava perto de uma para cinco” e estas “estavam automaticamente impedidas de estabelecer qualquer estável estrutura de família”.

Ademais, temos que no pós-abolição era a mulher quem contava com mínima estabilidade trabalhista, influenciando sobre uma dependência do homem negro – elemento **volátil** na família, acometido por trabalhos temporários e alvo de políticas genocidas, repressivas e criminalizatórias, como a participação massiva na guerra do Paraguai<sup>5</sup> de 1864 a 1870, ou a posterior lei da vadiagem<sup>6</sup> de 1941. Assim,

<sup>4</sup> Trecho da música “Negro drama” de ícone do rap nacional Racionais MC’s (2002). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=mrAT\\_xG-opk](https://www.youtube.com/watch?v=mrAT_xG-opk)> Acesso em: 14/09/2023.

<sup>5</sup> “Os dados demográficos da Guerra do Paraguai demonstraram a queda de 40% do total da população negra” (CHIAVENATO, 1986, p. 11 apud FONSECA, 2009, p. 80), o que elucidava o grande contingente de negros usados como bucha de canhão, impossibilitados de constituir família ou separados das suas.

<sup>6</sup> A vadiagem é prevista até os dias atuais enquanto contravenção penal 59 do decreto-lei 3.688 de 1941. Hoje pouco aplicada, foi criada para criminalizar o ócio praticado principalmente por pretos e pobres, tendo em vista

A família da “plebe negra” era formada por mãe e filhos, eventualmente por tios, avós e netos, o que infere o papel que a mulher assumia (ou assume?) nesse sistema: o de autoridade máxima. Exercendo controle sobre a família e seus recursos escassos, conjuntamente com a ausência do cônjuge, a mulher assumia o papel de chefia, com sua independência econômica e psicossocial em relação ao homem. (Araújo, 2013, p. 31)

Essa organização familiar pode representar uma negação aos padrões ocidentais de civilização, tendo suas raízes nas famílias matrifocais africanas (Bernardo, 1998 apud Araújo, 2013). Ainda, constituíam uma rede de solidariedade em que se somavam vizinhos e amigos, com vistas à superação das privações materiais.

Dessa forma, um dos atributos da família negra era a sua união, através de laços de solidariedade e de amor, que se constituíram como forma de sobrevivência perante um contexto social adverso, marcando uma forma de resistência no mesmo, assim como instituição formadora da personalidade, como refúgio emocional aos problemas gerados pelo racismo. (Araújo, 2013, p. 31)

Apesar das famílias monoparentais sempre terem existido na sociedade, tendo em vista que “a filiação concubinária, o abandono do lar por um dos cônjuges e mesmo a morte de um deles não são fenômenos do mundo moderno” (Braido, 2006, p. 26 apud Oliveira; Carvalho, 2018, p. 341), seu crescimento, bem como o de outras configurações familiares, se deve a diversas influências econômicas, sociais e religiosas em cada período histórico. Dentre elas, observamos a influência da luta feminista principalmente a partir de 1970, além da ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho, o maior controle desta sobre sua vida sexual e o advento da pílula anticoncepcional.

Assim, temos por um lado a ideologia feminista ganhando terreno, principalmente entre a classe média, e por outro a matrifocalidade relacionada ao crescimento de processos migratórios nas camadas mais pobres (Woortman; Woortman, 2002, apud Oliveira; Carvalho, 2018) operando transformações no papel desempenhado pela mulher na família e sociedade. Esse modelo de família só passa a ser reconhecido juridicamente como tal a partir da Constituição de 1988, “em seu art. 226, § 4o, como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Oliveira; Carvalho, 2018, p. 342).

---

as poucas oportunidades postas, com um caráter de higienização urbana e de controle sobre esse grupo, além da estigmatização.

Esse fenômeno foi também descrito por Racionais MC's em Negro Drama (2002), “Uma negra e uma criança nos braços / Solitária na floresta de concreto e aço [...] Família brasileira, dois contra o mundo / Mãe solteira de um promissor vagabundo”. Pelo relato de sua vida, Mano Brown descreve a realidade de diversas famílias brasileiras, conforme observamos pelo levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022 apud DIEESE, 2023, p. 5),

A maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022.

O reconhecimento da herança matrifocal na constituição das famílias negras no Brasil, bem como da efervescência da ideologia feminista na negação dos papéis sociais impostos e conquistas na dimensão reprodutiva, é imprescindível para rompermos com o ideário que acredita ser a família nuclear patriarcal um estágio de desenvolvimento avançado da sociedade moderna. Todavia, não anula os diversos fatores que fazem com que a mulher acabe como responsável “natural” pelo cuidado dos filhos, de acordo com os papéis sociais de gênero; ou mesmo o fato de que para um grande contingente de pessoas (negras), o direito a família foi negado, explicitamente desde os primórdios e implicitamente no posterior pelas políticas de criminalização, repressão e genocídio.

É importante mencionar que os números relativos à chefia feminina dos lares não representam necessariamente a monoparentalidade feminina, pois estão inclusos casais na presença de filhos que, todavia, contam com a mulher como provedora. Assim, quando pensamos nas configurações de família compostas por mulher-mãe e filhos (até 14 anos), em 2018 localizamos mais de 11 milhões de famílias, sendo que cerca de 7,8 milhões são conduzidas por mulheres negras, segundo dados obtidos pela agência Gênero e Número e IBGE (2020), enquanto 3,6 milhões contam com mulheres-mães brancas.

Com o exposto, “pode-se considerar que as mulheres que criam sozinhas os seus filhos, e têm a tarefa também de promover a subsistência de todos na casa, estão mais suscetíveis à condição de dificuldade econômica” (Oliveira; Carvalho, 2018, p. 348), visto que, ainda hoje, “as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida urbana, especificamente aquelas pertencentes às camadas mais pobres da população” (Carvalho, 1998, p. 85 apud Oliveira; Carvalho, 2018, p. 348).

Esse processo é descrito e reconhecido pelo termo feminização da pobreza, com “feminização” representando “uma tendência de crescimento do fenômeno no universo feminino” (Costa; Pinheiro; Medeiros; Queiroz, 2005, p. 14) sendo tratada nessa pesquisa no âmbito das famílias monoparentais femininas. Dessa forma, podemos definir a “feminização da pobreza”, segundo literatura analisada por Costa; Pinheiro; Medeiros; Queiroz, (2005, p. 15-16) como:

[...] aumento da proporção de mulheres entre os pobres; b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e f) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.

Com o fenômeno em questão sendo a “pobreza”, observamos que se atribuem diversos parâmetros para seu entendimento e mensuração, mas “geralmente é feita se atribuindo a eles informações sobre suas famílias, seja por indicadores multidimensionais ou não. Um exemplo disso é o uso de informação sobre renda familiar per capita para identificar o nível de pobreza de cada pessoa” (Costa; Pinheiro; Medeiros; Queiroz, 2005, p. 14). Visualizamos o exposto e o atravessamento do fator cor/raça ao considerarmos que das 7,8 milhões de famílias que contam com mulher-mãe negra para sua manutenção, 63% estavam abaixo da linha da pobreza em 2018, percentual que entre as vinculadas a mulher-mãe branca cai para 40% (GÊNERO E NÚMERO, 2020)

A renda constitui um importante indicador das condições de uma família, influenciando não só sobre o poder de consumo e bens materiais, como também sobre o acesso a serviços e recursos básicos. Todavia, esta se mostra insuficiente se considerada individualmente, uma vez que outros elementos como a inserção no mercado de trabalho, sexo, raça e idade, refletem em particularidades no enfrentamento deste fenômeno por famílias e indivíduos. Ainda assim, atualmente a classificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza é feita por esse critério, entendendo como extremamente pobres famílias com renda per capita de até 105 reais e pobres as com renda per capita de 105,1 reais a 210 reais (CAMARA.LEG, 2021). Esse é o parâmetro utilizado, por exemplo, pela assistência social para concessão de benefícios básicos do programa de transferência de renda.

São diversas as expressões da questão social que atravessam essas famílias, principalmente relacionadas às dimensões de raça e sexo, sendo que como elemento responsável dessas famílias estão as mulheres-mães. Nesse ponto, justificamos o uso do termo “famílias/mulheres” no título da dissertação, tendo em vista que ainda que haja casos em que a família se expresse no formato nuclear, que já não é mais maioria, ou ainda pela constituição homoafetiva, devido a fatores históricos e sociais via de regra as famílias brasileiras têm como referência financeira e/ou de cuidado essas sujeitas.

Vale lembrar que a defesa da família feita pelo sistema capitalista vai para além do fim econômico da acumulação de riqueza. Esta assume um caráter subjetivo e um papel ideológico de manutenção do capital, ao passo que, como explicita Lopate (1974, p. 10 apud Federici, 2019, p. 75) “a casa e a família têm tradicionalmente providenciado o único interstício da vida capitalista em que as pessoas podem servir às necessidades alheias por amor ou cuidado, mesmo que frequentemente seja por medo e dominação”.

É no sentido histórico de separação constante entre o público e o privado que, inclusive nas políticas públicas, a família acaba por vezes responsabilizada individualmente pelas expressões da questão social que lhe acometem e sua superação. Estando historicamente delegado à mulher o papel de cuidado e garantia do bem-estar pela reprodução social, quando defendido e naturalizado esse papel da família pela/para a sociedade, é novamente sobre a mulher que recai esse peso.

Essa ideologia que opõe a família (ou a comunidade) à fábrica, o privado ao público, o trabalho produtivo ao improdutivo é funcional à nossa escravização na casa - que, na ausência de um salário, sempre aparentou ser um ato de amor. Essa ideologia está profundamente arraigada na divisão capitalista do trabalho, que encontrou uma de suas expressões mais nítidas na organização da família nuclear. (Federici, 2019, p. 77)

O que se coloca é que a mulher enquanto única responsável pelo lar acaba somando diversas funções intrafamiliares não remuneradas. Para as da classe média/alta e majoritariamente brancas, é possível delegar parte desse cuidado à outra mulher, em maioria negra, enquanto empregadas domésticas, babás, etc, possibilitando a inserção da primeira no mercado de trabalho.

No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído), elas ainda enfrentam

desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita. [...] (Marcondes; Pinheiro; Queiroz; Querino; Valverde, 2013, p. 54)

Seguindo essa linha, mesmo com maior escolarização, as mulheres ocupam profissões de menor valorização no mercado de trabalho, refletindo em baixo status social e remuneração, por estarem vinculadas ao cuidado e a reprodução social, entendidas como habilidades naturalmente femininas. Em contrapartida, as empobrecidas acumulam a sobrecarga do cuidado de suas próprias famílias e de outras, ou assumem empregos mal remunerados e informais, sem cobertura de direitos, fenômeno que pode ser observado na música Mãe do rapper Emicida (2015, 1:39) “Não esqueci da senhora limpando o chão desses boy cuzão / Tanta humilhação não é vingança, hoje é redenção / Uma vida de mal me quer, não vi fê / Profundo ver o peso do mundo nas costa de uma mulher”.

Apesar de considerarmos as diversas conquistas feministas referentes aos direitos políticos e reprodutivos, além da inserção da mulher no mercado de trabalho e as transformações que se operam socialmente nesse sentido, pesquisas apontam que a constituição de famílias monoparentais femininas não se trata de uma opção política e consciente dentre as camadas populares. Na verdade, se localizam no campo da falta de opção, frente a divórcios que isentaram os homens do papel de pai, abandono, gravidez precoce, dentre outros (Pinto; Micheletti; Bernardes; Fernandes *et al.*, 2011). observamos a essa realidade dolorosa em relato exposto por Emicida (2009, 00:24) na música Oorra:

Direto vejo pai brincando com filho no parque / Sinto inveja, fico me perguntando: Tio, o que que a vida fez comigo? / Sorrio pelos pivetes, acho da hora / Olho pra baixo, tenho mó vontade de chorar, mas não consigo / Em segundos me vem vinte e poucos dia dos pais / Guardo o presente fi, ele já não volta mais / Arrasta a cartolina com papel crepom / Amassa, joga no lixo: Porra, pior que esse aqui tava bom.

Porém,

À parte das transformações vividas pela família contemporânea, nas famílias de periferia urbana, os padrões patriarcais e os valores tradicionais do homem como sendo o mediador entre a família e o mundo externo ainda persistem, reafirmando a ideia de autoridade masculina e fragilizando socialmente aquelas famílias em que não há um homem no ambiente familiar. (Cúnico; Arpini, 2014, p. 42)

Apesar de observarmos pela literatura que, mesmo ausente, o homem continua exercendo um papel importante no imaginário dessas mulheres, as mesmas os reconhecem como protagonistas de diversas violências sofridas ao longo da vida. Foram mencionados

estupros durante a infância, violência doméstica, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas por parte de companheiros (Pinto; Micheletti; Bernardes; Fernandes; *et al.*, 2011). Quanto a necessidade de ocupar o lugar “vago” de provedoras de suas famílias, as mulheres expressam no trabalho um lugar de autoafirmação de sua identidade enquanto mulher autônoma do poder masculino, porém reconhecem que “a múltipla jornada de trabalho resulta, geralmente, em abdicar de sua feminilidade, de cuidados com sua saúde e de sua sexualidade pelo estresse cotidiano desencadeado na luta pela sobrevivência” (Pinto; Micheletti; Bernardes; Fernandes, *et al.*, 2011, p. 177).

Assim, muitas foram as transformações no âmbito das unidades domésticas. O modelo de família patriarcal vem a cada ano perdendo espaço para a matriarcal, monoparental feminina, homoafetiva, etc. sendo que hoje a maioria dos lares já são chefiados por mulheres. Embora haja a perspectiva de que esse fato representa um avanço quando pensamos, por exemplo, nos direitos conquistados pelos casais homoafetivos no reconhecimento de suas famílias, observamos que no que se refere às relações de gênero, não caracteriza uma mudança nos paradigmas dos papéis sociais, tendo em vista que a desigualdade de gênero se expressa na feminização da pobreza. Via de regra, apesar de isentas das subjugações impostas pelo masculino na concepção patriarcal de família, as mulheres-mães encaram todos os dias as consequências de o serem nas diversas relações sociais estabelecidas.

## CAPÍTULO II - “QUERO SOLUÇÃO SIM, POIS QUERO CANTAR!”<sup>7</sup>

‘Na mais rica metrópole, suas várias contradições  
É incontável, inaceitável, implacável, inevitável  
Ver o lado miserável se sujeitando com migalhas, favores  
Se esquivando entre noite de medo e horrores  
Qual é a fita, a treta, a cena?  
A gente reza, foge, continua sempre os mesmo problema”  
(A Vida é Desafio - Racionais MC’s, 2002)

Neste capítulo, desenharemos as gêneses das políticas sociais - com foco na seguridade social - e do Serviço Social, compreendendo as primeiras em suas contradições próprias e a segunda enquanto reflexo da divisão sexual e racial do trabalho. Em ambas, buscaremos ressaltar tendências que se atualizam até os dias atuais, influenciando na precarização dos serviços e reprodução de velhos padrões.

---

<sup>7</sup> Trecho da música “Alvorecer” de Dona Ivone Lara (2009). Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=bWtEjn2u-nY>> Acesso em: 14/09/2023.

## 2.1 “Nunca deu nada pra nós, nunca lembrou de nós”<sup>8</sup>: gênese das políticas sociais e contradições.

Diante das diversas demandas impostas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil - muitas delas particulares da construção sócio-histórico deste país, como posto no primeiro capítulo -, emergem as políticas sociais com o objetivo dúbio de garantir direitos às/aos que se viram excluídas/os ou em desvantagem no processo de competição e acumulação hegemônico ao mesmo tempo em que mantém, alimenta e naturaliza o sistema que as/os condiciona nessa posição.

No contexto europeu pré-capitalista, período que antecedeu a Revolução Industrial, principalmente com as legislações inglesas, observamos protoformas de políticas sociais, cujo caráter era punitivo e repressivo, agindo “na intersecção da assistência social e do trabalho forçado” e se somavam as caridades privadas e ações de filantropia. Esse cenário se altera apenas com a Nova Lei dos Pobres (1834) que, com a efervescência da Revolução citada, objetivava “liberar mão de obra necessária à instituição da sociedade de mercado” (Behring; Boschetti, 2007, p. 47-48-51).

Essa influência pode ser observada aqui, mais tardiamente, no decorrer da Primeira República, com políticas públicas baseadas na violência e repressão, punindo desde “vadios” e “ociosos” à líderes do movimento operário (Rosemberg, 2016) na perspectiva do trato da “questão social” como caso de polícia<sup>9</sup>. É nesta (“questão social”) que localizamos o surgimento das políticas sociais, sendo as contradições fabricadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Então,

Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. [...] a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. (Ianni, 1989, p. 192-193, grifos nossos)

<sup>8</sup> Trecho da música “Mandume” do rapper Emicida (2015). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=mC\\_vrzqYfQc](https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc)> Acesso em: 14/09/2023

<sup>9</sup> Máxima atribuída à Washington Luiz que representa o mote do projeto republicano para o Brasil. Segundo Rosemberg (2016, p.8), a frase proferida pelo então presidente teria sido: “a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social, representa o estado de espírito de alguns operários, mas não de toda a sociedade!”

Em outras palavras, “a questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo” (Yazbek, 2008, p. 5). Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o surgimento da “questão social” é vinculado à ampliação do trabalho livre, ao passo que o capital passou a não se responsabilizar pelo custo da reprodução social, se limitando a comprar força de trabalho, já mercadoria, de acordo com suas necessidades. Em dado momento,

A exploração abusiva a que é submetido - afetando sua capacidade vital - e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 126)

Ademais, são marcas desse período - a âmbito mundial, mas com significativa influência na política e economia brasileira - a concentração e formação de grandes monopólios, o que provocou a fusão do capital bancário e do industrial devido a necessidade de altos investimentos dos bancos para criação de empresas; as Guerras Mundiais - reflexos da competição feroz incentivada pelo imperialismo na transposição de territórios. E, por fim, a Grande Depressão<sup>10</sup> (1929-1932) que reduziu o comércio mundial e desacreditou o liberalismo econômico em um cenário de desemprego em massa. Nesse contexto, as políticas sociais são ampliadas nos países capitalistas da Europa Ocidental como parte de um pacote de medidas anticíclicas e do pacto social com segmentos do movimento operário (Behring; Boschetti, 2007).

No Brasil de capitalismo tardio, tardia também foi a abolição da escravatura, conforme exposto no Capítulo anterior. Faz-se importante observar este fato, pois tendo ocorrido a Independência anterior à abolição,

O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós, como se verá, acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado. (Behring; Boschetti, 2007, p. 101)

---

<sup>10</sup> “Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York.” (Behring; Boschetti, 2007, p. 92)

Com a quebra da bolsa, houve uma paralisia no mercado mundial e o Brasil, tendo sua economia pautada na agroexportação principalmente de café, é fortemente atingido. Assim, a hegemonia cafeeira perde espaço para outras oligarquias agrárias, como de açúcar e produtores de carne, sendo que deste último, vindo do sul, surge a principal liderança deste movimento: Getúlio Vargas, que foi nomeado presidente em 1930. Neste momento também chega ao poder político o setor industrialista, com uma agenda modernizadora conservadora e antidemocrática. Vargas, na mesma medida em que seguia com a perspectiva policialesca no trato da questão social, avançava na regularização das relações de trabalho,

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgiana. (Behring; Boschetti, 2007, p. 146)

Nessa toada, o poder estatal passa a centralizar o controle da proteção social dos trabalhadores, determinando que as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs)<sup>11</sup> - antes fragmentadas de acordo com o vínculo do trabalhador e geridas pelas empresas - fossem aglutinadas por categorias profissionais e de abrangência nacional. O primeiro exemplo dessa determinação foi a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM), seguido pelo dos Comerciários, Bancários, etc. (Santana; Santos; Sousa; Leme, 2022).

Também nesse período é criado o Ministério da Educação e Saúde, tendo programas de saúde pública voltados a promover condições sanitárias mínimas e com uma atenção prioritariamente em caráter curativo. Ainda, tal política seguia restrita, abrangendo apenas algumas categorias de trabalhadores, de modo que com a aceleração do ritmo industrial, os Institutos de Assistência Previdenciária (IAPs) passam a oferecer serviços de assistência médica (Bertolozzi; Greco, 1996).

Assim, a gênese das políticas sociais de iniciativa do Estado se deu principalmente vinculando o acesso ao trabalho formal, que definia a rasa cidadania e excluía grande parte da população. Neste sentido, aos excluídos restavam as ainda parcas ações assistenciais, ainda definidas pelas palavras: caridade, filantropia, benevolência e carregadas de sentimentalismo cristão de compaixão e piedade. Esta assistência pautada no “cuidado aos pobres”

---

<sup>11</sup> “As CAPs foram regulamentadas através da Lei Eloy Chaves e concediam benefícios pecuniários, nas modalidades de aposentadorias e pensões, bem como na prestação de serviços do tipo de consultas médicas e fornecimento de medicamentos.” (Bertolozzi; Greco, 1996, p. 383)

pressupunha a existência e manutenção de uma hierarquia entre quem dá e quem recebe, naturalizando as desigualdades.

Principalmente desenvolvida por grupos religiosos e sem a responsabilização do Estado, a assistência social era caracterizada por ações pontuais e desarticuladas. Esta realidade fica explícita na obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), com mulheres indo às Igrejas “buscar pães para os filhos”, “sustentadas por associações de caridade”, ou quando cita instituições religiosas “que todos os meses dá mantimentos, café, sabão etc.”. Essas ações, necessárias para a subsistência de indivíduos e famílias, “porque a fome é a pior coisa do mundo” (Jesus, 1914-1977, p. 161), não são contínuas ou efetivas para a superação desta condição, além de reforçar a ideia liberal de dependência quando se fundamenta na lógica do favor e não do direito/cidadania.

Como explica Sposati (2013, p. 652),

Os indivíduos considerados improdutivos para o capital é que inserem suas necessidades no âmbito da proteção social. A lógica da sociedade do capital é antagônica à proteção social por considerá-la expressão de dependência, e atribui às suas ações o contorno de manifestação de tutela e assistencialismo, em contraponto a liberdade e autonomia que, pelos valores da sociedade do capital, devem ser exercidas pelo “indivíduo” estimulando sua competição e desafio empreendedor. Nesse ambiente, a proteção social é estigmatizada no conjunto da ação estatal e, por consequência, esse estigma se espalha àqueles que usam de suas atenções e, até mesmo, a quem nela trabalha.

Tem-se como marco da gênese da assistência social exercida pelo poder estatal a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942. Fundada pela então primeira-dama, Darcy Vargas, e contemporânea à Segunda Guerra Mundial, tinha foco na assistência à maternidade e à infância. Mesmo com o fim da guerra, a LBA seguiu com ações paternalistas, auxílios emergenciais e incentivo ao voluntariado, principalmente ao trabalho feminino. Conforme aponta Dantas (2016, p. 107), “é válido salientar, que sempre permeou na entidade o princípio do primeiro damismo por parte das esposas dos políticos, enfatizando cada vez mais a ideia caritativa e filantrópica que acabava por valorizar a imagem do partido vigente”.

Apenas em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social e em 1977, instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), com o objetivo de concentrar as atividades da previdência social, da assistência médica, assistência social e gestão das entidades vinculadas ao Ministério, integrando os órgãos: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

(INAMPS), Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), LBA, Central de Medicamentos (CEME) e Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Behring e Boschetti (2007, p. 188) destacam que

Além dessa intensa institucionalização da previdência, da saúde e, com muito menor importância, da assistência social, que era basicamente implementada pela rede conveniada e de serviços prestados pela LBA, a ditadura impulsionou uma política nacional de habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Aqui, tratava-se de uma estratégia tipicamente keynesiana de impulsionar a economia por meio do incremento da construção civil na construção de moradias populares.

Nesse sentido, o período ditatorial se equilibrava entre a forte repressão, torturas e assassinatos dos sujeitos considerados transgressores e o avanço dos direitos sociais na perspectiva da cidadania regulada, em busca de legitimidade. Ainda, foi nesse momento que se iniciou os serviços de saúde, previdência e educação privados, sendo esta “uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do Welfare State europeu” (Behring; Boschetti, 2007, p. 189).

Assim se seguiu durante os anos de chumbo até a passagem para a década de 1980, quando o protagonismo dos movimentos sociais suscitou avanços na legislação social brasileira, tendo como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como Constituição Cidadã. Ela, conforme nos aponta Piana (2009, p. 39),

Consolidou conquistas, ampliou os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores (artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais).

Com isso, constrói-se terreno para a regulamentação de leis sociais, caminhando para a consolidação das políticas como conhecemos hoje. Há exemplos: a Lei n. 8.029/1990, que cria o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) decorrente da junção do INPS (benefícios) com o IAPAS (custeio); Lei n. 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei n. 8.080 de 1990, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) e Lei n. 8.742 de 1993, sendo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Foi também a CF/88 que fincou a concepção de Seguridade Social pelo tripé Previdência, Saúde e Assistência Social - ainda que cada qual com as suas particularidades, representando um sistema híbrido. A Previdência opera no sentido do seguro, requerendo registro e contribuição para o acesso posterior; a Assistência se diz a quem dela necessitar, porém cria cada vez mais critérios para inclusão (ou exclusão) em seus programas e benefícios. E a saúde, apesar de universal, sofre com a precarização proposital que privilegia os planos de saúde privados, refletindo em baixa de recursos e longo tempo de espera.

A regulação legal dessas políticas na perspectiva de consolidá-las enquanto direito e ampliar a noção de cidadania, apesar de fundamental, não garante sua materialização, uma vez que está sujeita aos interesses do capital tendo o Estado a seu serviço. Ademais, a nossa cultura política, como observado, se constrói historicamente sob um clientelismo que a coloca ainda no lugar de favor e favorece sua cooptação por partidos e representantes, sendo usada como moeda de troca ou a sujeitando a vontade política que as encarar como política de governo e não de Estado. Como consequência disso, nos vemos frequentemente tendo que lutar para a permanência dos mínimos direitos, invés de avançar na radicalização das pautas. Pontua Yasbek (1998, p. 53 apud Oliveira, 2005, p. 18),

O reconhecimento do direito não vem se constituindo como atributo efetivo das políticas sociais e da seguridade social no país. No vasto campo do atendimento às necessidades das classes subalternas administram-se favores. Décadas de populismo<sup>12</sup> e clientelismo consolidaram uma cultura 'tuteladora' que não tem favorecido o protagonismo dos subalternizados ou sua emancipação.

Ademais, constantemente se acampa um discurso contrário às políticas sociais no sentido da individualização da responsabilidade pela reprodução social e culpabilização a-histórica do indivíduo pela sua condição. Todavia, é importante observar em que medida elas impulsionam o sistema capitalista principalmente em momentos de crise, tendo em vista que ao capital possibilita reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, os partilhando com a população que contribui direta ou indiretamente por meio do pagamento de impostos e taxas ao poder público.

Também é importante pontuarmos a parcela da população empurrada para as margens do sistema capitalista hegemônico, cuja sobrevivência se dá em grande medida pela oferta de serviços e benefícios sociais. Com sua manutenção, é possível à classe capitalista reduzir salários estimulando a competição, tendo em vista a maior oferta de mão-de-obra em relação à demanda. Ainda, conforme nos explicita Faleiros (1941, p. 47) "O Estado intervém no

---

<sup>12</sup> Fenômeno político em que líderes utilizam o Estado para barrar a mobilização e organização das massas populares.

mercado pelo apoio que dá às empresas ou aos indivíduos para produzir ou ascender aos bens e aos serviços existentes no mercado”. Para essa intervenção, o Estado liberal estabelece parâmetros, sendo:

#### Garantia de um mínimo

O Estado jamais ultrapassa um determinado teto [...] São esses os casos de salário mínimo, dos limites mínimos para os seguros e para o auxílio social.

#### Individualismo

O Estado considera os indivíduos como sujeitos de direitos, mas não as coletividades, os grupos ou as classes. [...] Cada um deve velar por si mesmo.

#### Acessibilidade

O Estado estabelece normas para eliminar “barreiras” à acessibilidade [...] sempre nessa visão dicotômica entre fracos e fortes, realizados e não realizados.

#### Universalidade

Essas medidas visam garantir um certo mínimo para todos os indivíduos que são considerados iguais perante a lei, mas que devem também ser desiguais em relação aos rendimentos, à habitação, à justiça [...]

#### Livre escolha

A política liberal considera que também ela deve “proteger” a autonomia dos indivíduos, oferecendo-lhes a possibilidade de escolher seu advogado (assistência jurídica) ou os produtos a comprar (auxílio social) ou o tipo de educação, no mercado.

#### A cobertura dos riscos sociais

O Estado liberal não visa, somente, “compensar” os grupos ou os indivíduos fracos no mercado, para que eles possam usufruir das vantagens do mercado, mas também para compensar os “riscos individuais”, provenientes do desenvolvimento industrial, do assalariado e do mercado. O maior risco, na visão liberal, é a interrupção ou a perda da renda. [...]

#### Institucionalização dos conflitos

Em face do aumento dos conflitos sociais, de toda espécie, derivados da organização e da combatividade da classe operária, a burguesia liberal no capitalismo foi obrigada a estabelecer novos “contratos sociais”, ao nível institucional. [...] O Estado força o consenso, força as partes a negociarem, e se necessário, impõe uma “solução à força” para manter a forma mercantil global da sociedade. (Faleiros, 1941, p. 49-50-51)

Assim, as políticas sociais se mostraram necessárias não apenas para a população atendida, conforme demonstrado no primeiro capítulo, como também para o próprio desenvolvimento e avanço do sistema capitalista. Mesmo por estarem subordinadas à lógica do capital, são reformadas, precarizadas ou fomentadas de acordo com a conveniência atendendo à economia, à acumulação do capital e à legitimidade de representantes e partidos frente a sociedade.

Com esse movimento histórico de, inicialmente, necessidade de criação e regulamentação das políticas públicas, frente às reivindicações da população e demandas do desenvolvimento capitalista até sua legitimação e materialização, se fez necessário

profissionais capacitados para atuar neste campo contraditório. Dentre esses profissionais - que podem tanto reproduzir o estigma das políticas quanto defender a ampliação de acesso e a cidadania - estão as assistentes sociais e essa será a discussão do item que segue, onde associaremos a gênese do Serviço Social brasileiro com o momento histórico vivido, além de ressaltarmos seu caráter na reprodução dos papéis sociais atribuídos às mulheres, novamente buscando delinear a quais mulheres eram destinados.

## 2.2 “Novas embalagens pra antigos interesses”<sup>13</sup>: Criação do serviço social enquanto produto da herança patriarcal/divisão étnico-racial e sexual do trabalho.

Para iniciarmos o debate da gênese do Serviço Social brasileiro é importante diferenciar alguns termos que se repetirão durante toda a dissertação, mas mais intimamente neste item; são eles: assistência social e assistencialismo, Serviço Social e assistente social. A primeira é propriamente a política pública, parte do tripé da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS. Vale destacar que ainda hoje, por vezes, essa política é praticada pela lógica do assistencialismo, ou seja, lógica do favor, da boa vontade, seja por cunho religioso ou para fins eleitoreiros.

Serviço Social é o curso superior ou a profissão de nível superior, regulamentada pela Lei 8.662/1993 e da qual as e os assistentes sociais fazem parte. Sendo assim, assistentes sociais são as profissionais graduadas em Serviço Social e registradas no CFESS. A formação acadêmica generalista do Serviço Social permite que as assistentes sociais atuem em variados campos, dentre eles os inscritos na política de assistência social. Assim, somos formadas para intervir nas diversas políticas e dimensões da vida social, na defesa dos direitos sociais, nos colocando ao lado da classe trabalhadora e pautadas no projeto ético-político hegemônico da profissão. Mas nem sempre foi assim.

Outra nota importante se refere a perspectiva adotada para pensar a gênese do Serviço Social neste trabalho, sendo ela a histórico-crítica, contemplando o papel político desempenhado pela assistente social e entendendo

[...] o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a geração da classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social. (Montaño, 2011, p. 30)

A perspectiva histórico-crítica se situa em oposição à perspectiva endogenista da origem da profissão, tendo em vista que a última “sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social”” (Montaño, 2011, p. 19-20). Assim, ainda que seja importante para compreender o contexto sócio-político analisar como se organizavam as ações assistenciais pregressas, as correlações de forças envolvidas e os

---

<sup>13</sup> Trecho da música “Esquiva da esgrima” de Criolo (2014). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-1cl4nYIQqs> Acesso em: 14/09/2023.

impactos nas políticas que seriam constituídas, a profissão não se dá pela simples profissionalização dessas ações, mas é *produto e reprodutora das relações sociais*.

Podemos considerar, inclusive, que a confusão entre os termos Serviço Social e Assistência Social se dá, até os dias atuais, devido a influência da perspectiva endogenista e a relação de ambos em sua gênese, tendo em vista que “no momento em que ela passa a ser de responsabilidade do Estado, este demanda a necessidade de profissionais capacitados tecnicamente para a execução dessa política via procedimentos racionais e científicos” (CISNE, 2004, p. 38). Com isso, a assistente social se insere no campo contraditório em que estão as políticas sociais, com ênfase na assistência social, sendo uma estratégia de controle social e atuando a favor da manutenção do sistema capitalista, tendo em vista que

O Assistente Social é solicitado não pelo seu caráter propriamente técnico-especializado de suas ações, mas antes e basicamente pelas funções de cunho “educativo” e “disciplinador” [...]. [Assim,] o assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político. (Iamamoto, 1992, p. 42 apud Montaña, 2011, p. 32)

As bases para a gênese do Serviço Social, bem como das políticas sociais, se encontram na agudização dos conflitos de classes pela contradição capital x trabalho, momento em que se fez necessário ao Estado intervir para a manutenção da ordem. Nesse sentido, “o Serviço Social é chamado a intervir, tendo como principal empregador o Estado e, como objetivo central, o controle e a reprodução da força de trabalho, visando a conformação e o “enquadramento” da classe trabalhadora à ordem do capital” (Cisne, 2004, p. 33).

Assim, na década de 1920, após o fim da Primeira Guerra Mundial, é possível observar o desenho de protoformas do Serviço Social no Brasil sob os esforços da Igreja Católica e da burguesia, com um movimento conhecido como reação católica, na tentativa de retomar sua hegemonia e doutrinação. Em sua primeira fase, a hierarquia se ocupou de reformular a atividade política religiosa e, posteriormente, seria chamada a intervir nos momentos críticos no enfrentamento da questão social e do comunismo, a favor da manutenção do regime.

Exemplos destas protoformas são a Associação das Senhoras Brasileiras (1920, no Rio de Janeiro) e a Liga das Senhoras Católicas (1923, em São Paulo) com explícito teor de gênero<sup>14</sup>. Essas instituições destinadas às senhoras das burguesias carioca e paulista, contavam

---

<sup>14</sup> Neste trabalho compreendemos “gênero” enquanto uma categoria relacional, buscamos determiná-lo enquanto construção social e histórica que se dá na subordinação da mulher ao homem quando na sua relação, e que se diferenciam quando observados elementos de etnia-raça e classe.

com recursos e contatos que favoreciam ações assistenciais mais abrangentes. Neste momento, já se buscava, conforme nos aponta Iamamoto e Carvalho (2006, p. 166-167),

[...] divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico [...] já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista principalmente no que se refere a menores e mulheres.

Tais iniciativas regadas de assistencialismo e paternalismo, bem como a fundação da Confederação Católica (1922), contribuíram fortemente para a expansão da Ação Social na década seguinte, o que possibilitou o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social,

O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre as antigas Obras Sociais - que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional - e os novos movimentos de apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do Movimento Laico, impulsionado e controlado pela hierarquia. (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 167-168)

A primeira iniciativa nesse sentido ocorreu, em 1932, com a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) para qualificar os agentes para a realização da prática social - neste momento, o Serviço Social já desponta como um departamento especializado da Ação Social, assumindo como base a doutrina social. Não por acaso, nessa mesma época se iniciava a urbanização e inserção da população negra no mercado de trabalho formal, uma vez que antes ocupavam majoritariamente os postos de trabalho pré-capitalistas, conforme levantado no primeiro capítulo.

Em 1934, tem-se a nova Carta Constitucional que, no esforço de construir um programa unitário de ação social, diz no capítulo Assistência Social art. 138:

]Incumbe à União como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: velar pela saúde pública assegurando o indispensável amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e estimulando os serviços sociais cujas finalidades procurará coordenar; incentivar a educação eugênica e sexual; [...] adotar medidas de higiene social, visando impedir a propagação das doenças transmissíveis; socorrer as famílias de prole numerosa; cuidar da higiene mental incentivando a luta contra os venenos sociais. Parágrafo único: todos os problemas relativos à saúde e à assistência públicas serão estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e pelos órgãos criados visando o aperfeiçoamento da raça. (Filho, 2011, p. 104 apud Gonçalves, 2018, p. 518-519).

Essa Constituição contou com a forte presença da Igreja Católica e seus preceitos, operando no reconhecimento do catolicismo enquanto religião oficial, reafirmando a indissolubilidade da família; reconhecendo, pela lei civil, o casamento religioso e proibindo o divórcio. Além disso, a Carta garantiu o acesso da Igreja à educação pública e demais instituições de interesse público, o que legitimou sua penetração em diversas esferas da vida social (Iamamoto; Carvalho, 2006), com vistas a consolidar seu prestígio e sua hegemonia.

Também é notório o caráter eugenista das políticas públicas da época que se demonstrava explicitamente nas legislações e literaturas, sendo importante frisar que foi nessa realidade e com essa direção que as assistentes sociais foram chamadas a intervir. Essa profissão, a priori, desenvolvia ações bem mais doutrinárias do que científicas, atendendo ao interesse reformista-conservador de transformar a questão social em problema de ordem moral (Iamamoto, 2011 apud Gonçalves, 2018).

Embora, a nível nacional, a criação da LBA seja um marco para a assistência social e o Serviço Social, em São Paulo o último já vinha desempenhando atividade profissional legal desde 1935, abrangido pelo Departamento de Assistência Social e subordinado à Secretaria da Justiça. Nacionalmente, foi com o Decreto-lei nº 525, de 01/07/1938 que se deu a organização do Serviço Social enquanto estrutura de serviço público, objetivando fazer cumprir a Constituição de 1934 no que se refere à responsabilidade do Estado pela assistência social além de criar o Conselho Nacional de Serviço Social submetido ao Ministério da Educação e Saúde (Martinelli, 2000).

Conforme aponta Martinelli (2000, p. 67), “o Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída [...]. É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês”. Enquanto uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, esta se insere no processo de reprodução das relações sociais,

Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. Intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho [...] (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 94)

Nesse sentido, sendo responsabilizado pela reprodução social, o Serviço Social já nasce feminino, na medida em que, vinculado à Igreja Católica, há o reforço da perspectiva de que as características necessárias ao trato dos problemas sociais são natural e instintivamente

femininas. Assim como em outras profissões, o Serviço Social seria entendido enquanto uma profissionalização ou extensão do trabalho que as mulheres já desempenhavam em suas casas ou comunidades e o exemplo mais popular disso foi Darcy Vargas quando inaugurou o papel de primeira-dama caridosa e sensível assumindo a LBA que garantia, em estatuto, a presidência sucessiva às primeiras-damas.

O CEAS marca essa origem a partir do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, desenvolvido pelas Cônegas de Santo Agostinho e contando com a participação de Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social (Bruxelas). Assim, as jovens das classes dominantes paulistas, formadas por instituições religiosas, poderiam ser orientadas para julgar assertivamente os problemas sociais e, segundo a ideologia defendida, seguir sua vocação natural para atividades educativas e caridosas, conforme observa e defende Maria Kiehl<sup>15</sup> (1940, apud Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 172),

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada para servir de intermediária, a estabelecer e manter relações.

Por conseguinte, havendo terreno fértil e com efetivo interesse do governo de São Paulo, em 1936, surge a primeira Escola de Serviço Social, com a formação doutrinária do apostolado social. Ao longo dessa década, o governo deste estado vai criando legislações e mecanismos de atuação das assistentes sociais, bem como de regulação das instituições e ações da assistência, tendo como foco a assistência ao menor. Na seguinte, vão sendo criadas diversas Escolas nas capitais dos estados, sendo que em 1947, na realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social, quatorze contam com representação. Não obstante, conforme aponta Iamamoto e Carvalho (2006, p. 187),

A existência de Assistentes Sociais diplomados se limitará por um longo período quase apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que mesmo aí seu número é pouco significativo. Até 1947, as escolas católicas de Serviço Social do Rio de Janeiro (masculina e feminina) haviam diplomado 40 Assistentes Sociais. As duas de São Paulo, 196, e o Curso de Trabalho Social da Escola de Enfermagem Ana Nery, 9, até 1949, não se possuindo o número exato dos formados pela Escola Técnica de Serviço Social, presumivelmente bastante reduzido.

---

<sup>15</sup> Maria Kiehl. Trabalho da mulher fora do lar. Tese apresentada na 4ª Semana de Ação Social. São Paulo, 1940. Trecho retirado de nota de rodapé do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.

Assim, observamos que a institucionalização da profissão e a concretização da formação profissional foi um processo longo, gradual e principalmente centralizado no sudeste do país que contava com processo mais avançado de industrialização e urbanização. Esse fato reforça, mais uma vez, o caráter político da criação do Serviço Social, atendendo as demandas do desenvolvimento capitalista industrial.

A alta demanda por profissionais, devido ao desenvolvimento das instituições assistenciais, e a lentidão de sua formação faz com que se amplie o acesso aos cursos, principalmente por meio de bolsas de estudos, para pessoas da pequena burguesia que, em grande medida, já vinham atuando em instituições sociais. Essas pessoas, motivadas pela busca por qualificação profissional para exercer carreira remunerada e garantir melhores salários, trazem para a categoria um movimento de estratificação social o que fragilizava ainda mais a consciência social e favorecia a instalação do fenômeno da aristocracia profissional na mesma medida em que garantiria a legitimação e institucionalização da profissão na década de 1940.

Segundo Martinelli (2000, p. 134-135),

A ideologia da ascensão social, mediatizada pela posse de bens materiais e pela mudança de posição no processo produtivo, gerava uma permanente inversão de valores. Em vez de se preocupar com a produção de práticas materiais e concretas capazes de determinar um significativo impacto na totalidade do processo social, os agentes concentravam todos os esforços na consecução de objetivos particulares, ou mesmo individuais, possuídos e impulsionados pela fonte de alienação que é a “consciência estatutária”<sup>16</sup>.

Neste ponto, temos como parte da categoria profissional, principalmente, um grupo advindo do movimento católico que ainda trabalhava na perspectiva da ajuda e da caridade e o novo grupo interessado em aumentar seus ganhos e status, sob interesses econômicos e políticos, reforçando a estratificação social. Ambos, reproduzindo os interesses da burguesia e desenvolvendo “práticas burocráticas, alienadas e reducionistas” e marcada pela “des-solidarização da categoria profissional” (Martinelli, 2000, p. 135).

A exemplo, temos os Centros Familiares, frutos do convênio entre CEAS e Departamento de Serviço Social do Estado, que passou a funcionar nos bairros operários a partir de 1940 servindo de modelo de prática do serviço social.

---

<sup>16</sup> Termo utilizado por Lukács (1974, p. 192) referente ao processo de reificação que leva o trabalhador a buscar sua ascensão individual à classe dominante negando sua dimensão de classe.

Sua finalidade seria a de “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação”. Nesses Centros manterão serviços diversos, como plantão para atendimento de interessados, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas para adultos, curso primário “para proteger as crianças cujas mães são obrigadas a trabalhar fora”, curso de formação familiar (moral e formação doméstica para o lar), restaurante para operários etc. O tratamento de casos será basicamente feito através de encaminhamentos, colocação em empregos, abrigo provisório para necessitados, regularização da situação legal da família (casamento) etc., e fichário dos assistidos. (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 190)

Ademais, a prática das assistentes sociais da época partiam de uma visão essencialista da mulher e seu papel, principalmente no que se refere às mulheres das classes populares, pregando sua permanência no lar e aptidão natural para afazeres domésticos, conforme observamos na entrevista a seguir:

Eu disse: “Doutor Rubens, mulher é diferente. Eu vou fazer uma sala grande para as mulheres. Mas aí eu quero cortina cor-de-rosa, eu quero cadeira de vime, [riso] eu quero isso, aquilo, aquilo outro”. E fiz uma sala enorme em que, na hora que elas acabavam de comer, vinham ali, sentavam, falavam umas das outras etc. e tal, levavam crochê, trabalhos de mão... E depois eu inventei uma cozinha de sobremesas. Porque comida... não dava tempo de aprender um prato de sal num intervalo. Mas um sorvete dava. Então, olha, eu fiz o máximo, americano [riso]. Uma cozinha só para as mulheres de lá. E tinha uma que era cozinheira, não é, a Maria, que ensinava. Elas gostavam muito. E elas faziam, às vezes elas comiam, às vezes levavam para casa. (Ferreira, Maria da Glória L. — Instituto Social, 2002, s/p apud Scheffer, 2016, 485)

Até este momento, a frágil formação teórica da categoria se ancorava na doutrina social da Igreja e no momento político de retração varguista dos direitos femininos, refletindo em uma prática sob o mesmo viés. Instrumentos importantes que influenciaram essa formação foram as encíclicas papais, principalmente *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. A primeira, formulada por Leão XIII em 1891, representa o esforço católico contra o socialismo e objetiva conceituar os direitos naturais, naturalizando a propriedade privada e, conseqüentemente, a exploração.

Aliás, posto que dividida em propriedades particulares, a terra não deixa de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que não há ninguém entre os mortais que não se alimente do produto dos campos. Quem os não tem, supre-os pelo trabalho, de maneira que se pode afirmar, com toda a verdade, que o trabalho é o meio universal de prover às necessidades da vida, quer ele se exerça num terreno próprio, quer em alguma parte lucrativa cuja remuneração, sai apenas dos produtos múltiplos da terra, com os quais ela se

comuta. De tudo isto resulta, mais uma vez, que a propriedade particular é plenamente conforme à natureza. (RERUM NOVARUM, 1891)

A segunda, *Quadragesimo Anno*, foi escrita por Pio XI no ano de 1931. Em um contexto onde o capitalismo refletia o Crack da Bolsa (1929), essa encíclica se preocupou em comemorar os 40 anos da *Rerum Novarum* e reforçar as “regras seguríssimas para a boa solução do espinhoso problema do consórcio humano, a chamada Questão social, precisamente quando isso mais oportuno e necessário era”<sup>17</sup>. Orientada sobre a fé e moral cristãs e inspirada na filosofia neotomista<sup>18</sup>,

A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para a organização da assistência, para a educação popular<sup>19</sup>, e para a pesquisa social. Seu público preferencial - e quase exclusivo - se constituirá de famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos - de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentasse semelhante técnica - a distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 196-197)

Ainda nessa década, em 1946 é fundada a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e em 1947 é criado o primeiro Código de Ética da profissão, que destacava a importância da moral e da ética direcionadas para a prática do bem. Neste Código, observamos o princípio da liberdade sob a perspectiva da caridade cristã, sendo expresso pela escolha do indivíduo pelo bem supremo, pelas leis de Deus. Nessa mesma época, iniciam-se intercâmbios entre assistentes sociais brasileiras e norte-americanas, fortalecendo o Serviço Social de Casos e importando métodos e técnicas.

Com esse cenário, não é difícil imaginar qual seguia sendo o perfil das assistentes sociais, mulheres da época que estivessem “acima” das “desajustadas” que representavam seu público de intervenção, com uma formação moral sólida e características marianistas. Observamos isso, por exemplo, nas discussões levantadas no 2º Congresso Pan-Americano de

---

<sup>17</sup> Trecho retirado da encíclica *Quadragesimo Anno*, disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html). Acesso em 30/05/2023.

<sup>18</sup> Filosofia que representa o esforço de atualização do tomismo (filosofia de São Tomás de Aquino). Ganha forças principalmente a partir 1879, com a encíclica *Aeterni patris*, de Leão XIII.

<sup>19</sup> Vale destacar que a educação popular mencionada se difere da categoria que defendemos hoje, mas sim representava o caráter doutrinário e moralizador da profissão na perspectiva de educar o povo para se adequar à ordem.

Serviço Social<sup>20</sup>, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1949 e tendo como tema O Serviço Social e a Família.

Na ocasião, apesar de haverem agentes críticos que já questionavam a identidade atribuída e assumiram uma postura mais secularizada, que observavam o papel ideológico da profissão e a ineficácia das ações profissionais, ressaltando a importância da psicologia e da técnica para a prática, há ainda um destaque na Ação Social para superar os “problemas sociais” e barrar o comunismo, além da defesa predominante da permanência do perfil de classe, etnia-raça e gênero para manter a autocracia reinante na categoria, conforme observamos nos trechos destacados por Iamamoto e Carvalho (2006, p. 335),

“O Serviço Social é uma vocação e, sendo princesa ou trabalhadora, será sempre uma Assistente Social”. “Não podemos em absoluto, num sacerdócio como o da Assistência Social, estabelecer distinções em torno de categorias sociais ou de classes. O que importa é o espírito, é a mentalidade que deve reinar na profissão.” Definições que exprimem a posição, majoritária no meio profissional, que ainda não aceita alterações nos dogmas principais da instituição.

Nos anos que seguiram pouco se tem de transformações no seio da profissão, todavia se tornava inegável sua “não-identidade”. “Para a classe trabalhadora, a prática do Serviço Social significava imposição, dirigida a situações particulares e divorciada dos reais interesses do proletariado” (Martinelli, 2000, p. 143), para a massa marginal, a atuação era quase inexistente, conforme expressa Carolina Maria de Jesus (2005, p. 36 apud Rosa; Santos; Fonseca, 2019, p. 8) “Revoltei contra o Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infaustas dos marginais”. Porém, é nessa encruzilhada de crise e negação com a ilegitimidade capitalista onde se ampliam as possibilidades e necessidade de mudança e, com os movimentos revolucionários na América Latina<sup>21</sup>, se possibilita nessas terras de veias abertas o acesso às teorias críticas revolucionárias.

Na década de 1960, a categoria passa a questionar a própria realidade e, com isso, as bases teórico-metodológicas que compunham o chamado Serviço Social Tradicional. Com o contexto latino-americano sangrando em consequência do movimento expansionista predador,

<sup>20</sup> Importante destacar que a participação nesses Congressos não era restrita a assistentes sociais, de modo que outros profissionais, intelectuais, bacharéis, docentes, de entidades empregadoras, etc., que de alguma forma se relacionavam com a assistência ou a Ação Católica, também se faziam presentes.

<sup>21</sup> A década de 1950 foi marcada por grandes embates da classe operária na América Latina, a exemplo da revolução boliviana em 1952 e a revolução cubana de 1959. Os países capitalistas desenvolvidos, principalmente EUA, com medo da expansão do radicalismo político no continente, pressionam as elites nacionais dando condições externas para o golpe no Brasil, em 1964 e na Argentina, em 1966.

ampliação da massa marginal e respostas inócuas do Estado, os movimentos populares de libertação ganham força e as ruas e setores da burguesia se aliam aos militares para a garantia da ordem - em consonância com um movimento mundial de contra-revolução preventiva - instaurando por meio de golpe, em 31 de março de 1964, uma nova ditadura empresarial-militar no país.

Mesmo nesse período, há um esforço da autocracia burguesa para garantir a submissão da atuação profissional, “de forma a continuar contando com um firme extrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil” (Netto, 2005. p. 118). Todavia, o processo de modernização conservadora contribui para uma ampliação do mercado nacional de trabalho para as assistentes sociais, impondo nossas demandas e exigências ao desempenho profissional. Para tanto, se fez necessário formar profissionais “modernos”, de modo que

Em pouco mais de uma dezena de anos, o sistema de ensino superior (público e privado) passou a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social numa escola impensável uma década antes - se, em 1960, havia 1.289 estudantes de Serviço Social, em 1971 o seu número chegava a 6.352. [...] Vale indicar aqui que a política expansionista da ditadura para o ensino superior incidiu sobre o Serviço Social de maneira peculiar [...]: inicialmente, verificou-se a integração, na rede superior pública, de escolas privadas; só em seguida é que se registrou a proliferação de unidades na rede superior privada. (Netto, 2005, p. 124)

Também nessa época ocorre a inclusão do Serviço Social no âmbito universitário, contribuindo para sua secularização e o aproximando dos padrões acadêmicos das ciências sociais, com disciplinas como sociologia e antropologia, além de impulsionar a necessidade de produções teóricas e referenciais próprias. Assim, observando a piora nas condições de existência do trabalhador e tendo condições para refletir as contradições no cotidiano profissional, que exigia respostas para além das técnicas até então preconizadas, aumentam-se as discussões acerca dos elementos teórico-metodológicos da profissão, dando início ao que seria chamado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social Brasileiro.

Esse Movimento é expresso em três direções, sendo a primeira a perspectiva modernizadora, com influência positivista e principalmente protagonizada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) que promoveu os Seminários de Teorização do Serviço Social de Araxá (Minas Gerais, março de 1967) e Teresópolis (Rio de Janeiro, 1970). Localizada na segunda metade da década de 1960, buscou “[...] adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento

capitalista, às exigências postas pelos processos socio-políticos emergentes no pós-64.” (Netto, 2005, p. 154)

Essa direção se colocava ainda longe de estabelecer uma agenda crítica ao sistema capitalista e não rompia com a autocracia burguesa, o que não contemplou os segmentos mais críticos. Não obstante, essa contribuiu para o avanço da laicização da profissão, o que incomodou parte da categoria mais inclinada aos princípios tradicionais. Com isso, em meados dos anos 1970 emergem concomitantemente as outras duas direções da Reconceitualização, sendo a “reatualização do conservadorismo” e a “intenção de ruptura”.

A primeira representa o esforço de retornar ao tradicionalismo profissional, porém atualizando sua matriz intelectual, se inspirando na fenomenologia. Essa perspectiva aparece nos debates desenvolvidos nos Seminários, também realizados pelo CBCISS, no Centro de Estudos do Sumaré (vinculado à Arquidiocese carioca, no Rio de Janeiro, em 1978) e no Alto da Boa Vista (vinculado ao Colégio Coração de Jesus, em São Paulo, no ano de 1984). Ambos não tiveram a mesma força ideológica que os anteriores (de Araxá e Teresópolis, da perspectiva modernizadora), de modo que são registrados nos documentos produzidos discursos distintos do conservadorismo que era pretendido. Assim, resumimos com Netto (2005, p. 197-198),

O primeiro documento, redigido pelo grupo carioca [como resultado do seminário de Sumaré], cuida inicialmente da problemática da cientificidade, para depois referi-la ao Serviço Social. O passo prévio, que redundava na elaboração de um “modelo topológico de pesquisa”, tem por base uma concepção de ciência rigorosamente formalista. [...] A conclusão é congruente: insistindo em que não haverá “prática científica” no Serviço Social “se os aspectos epistemológicos e teóricos forem negligenciados em proveito apenas de manipulações técnicas de caráter pragmático e terapêutico”. [...] O documento do grupo paulista, em troca, está obviamente orientado para recolher preocupações contemporâneas. Constatando “que o Serviço Social não alcançou ainda um estágio de ciência” (CBCISS, 1986: 140), os redatores pensam que se deve discutir a construção do seu objeto mediante um “enfoque dialético” que incorpore uma dupla perspectiva> a da “ciência” e a “dos modos de produção, das formações sociais e das conjunturas políticas” (CBCISS, 1986: 145-146)

Observamos que nesse ponto já não era possível barrar o caldo crítico que vinha engrossando no seio da profissão pelo menos desde os anos 1960, em consonância com os processos sociais. Com isso, “afirma-se uma perspectiva que questiona a própria legitimidade da demanda e dos compromissos políticos subjacentes ao exercício da prática profissional” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 366) e é com esta que o Serviço Social passa a

dialogar com a teoria marxista, sob forte influência do âmbito universitário, na busca de construir uma nova identidade, rompendo com a que lhe foi atribuída.

Essa perspectiva tem sua origem marcada em Belo Horizonte, principalmente sobre os esforços da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) com a criação do método BH e encontra força política no movimento antiditatorial, alinhada aos movimentos sindicais e populares, sendo posteriormente favorecida pela transição democrática. Netto (ano) destaca especialmente, sem ignorar os demais fatores externos, a importância da inserção do serviço social (graduação e pós-graduação), nas Universidades, uma vez que com isso foi possível a parte das profissionais e estudantes se dedicarem exclusivamente à pesquisa sem as demandas da prática cotidiana, condicionadas aos limites profissionais. Ademais, o intercâmbio com outras áreas e disciplinas permite às assistentes sociais romper com o isolamento intelectual, favorecendo a dialética e incentivando que parte desses sujeitos optasse pela carreira acadêmica com vistas a contribuir para a renovação da profissão.

A aproximação com a tradição marxista se deu a priori de forma vulgar, principalmente difundida pela militância política e estudantil - o chamado Marxismo sem Marx -, para só no avançar dos anos contemplar a leitura direta de clássicos e a incorporação de categorias próprias como a historicidade. É apenas neste momento em que nos é possível aprofundar a crítica sobre o lugar (ou não-lugar) da profissão no sistema capitalista, tendo como pioneira Marilda Vilela Iamamoto (1982).

Com as contribuições desta autora foi possível localizar o Serviço Social na divisão do trabalho, uma divisão que é social ao passo que “resume as condições sociais nas quais os indivíduos, na qualidade de pessoas autônomas e privadas, produzem valores de troca” (Iamamoto, 1982, p. 67), além de contemplar o caráter social do trabalho que é realizado para as necessidades dos demais. Iamamoto (1982, p. 68) também afirma que “A divisão de trabalho na sociedade não se reduz a uma categoria simples e abstrata, mas implica um processo histórico”, ao que podemos aludir, frente as reflexões supracitadas, que a divisão do trabalho é também étnico-racial e sexual - entendendo estes enquanto elementos determinantes de sociabilidade.

É necessário perceber que a “feminização” do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma “superexploração” sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. (Cisne, 2004, p. 128)

Por conseguinte, o Serviço Social em suas protoformas, entendido como ajuda e filantropia pelas mãos da Igreja, tinha como característica natural a exclusividade da atuação de mulheres das elites que utilizavam seu ócio para praticar as obras de caridade tal qual mandam as mulheres pelos preceitos da Bíblia “reveste-se de força e dignidade; sorri diante do futuro. Fala com sabedoria e ensina com amor.” (Provérbios 31:25-26 – NVI). “Esta reprodução se dava, sobretudo pela difusão da “missão sagrada” das mulheres, no sentido de as responsabilizarem pelo equilíbrio familiar e social, das tarefas educativas e caridosas, por meio de seus “papéis” de “mães”, “esposas” e “donas de casa”.” (Cisne, 2004, p. 62)

Essas mulheres brancas e das classes mais abastadas desempenhavam um importante papel político para a manutenção da ordem societária e defesa da fé e moral cristãs e, quando vestidas assistentes sociais, utilizaram desse espaço para seguir o fazendo. Mesmo em sua profissionalização, com a ampliação dos cursos a outros segmentos sociais e sem a destinação exclusiva para mulheres, a categoria segue majoritariamente feminina, pois sob vigência do positivismo há o reforço do determinismo biológico e enquanto biologicamente capazes de gestar e parir, naturalmente eram responsabilizadas por criar e cuidar - agora não mais apenas no âmbito privado.

É neste ponto em que se encontra, no Serviço Social, o caráter sexual e racial da divisão sociotécnica do trabalho e onde se observa o seu papel na reprodução das relações sociais, ao que reafirma Yamamoto (1982, p. 90)

[...] a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata, apenas, da reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se a reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.

Com tudo isso, é na década de 1990, sob a esteira da nova Constituição, que o Serviço Social solidifica seu novo projeto profissional com o Código de Ética de 1993, a alteração da Lei de Regulamentação da profissão pela Lei 8.662 (também em 1993) e a implementação das novas diretrizes curriculares, além do reforço da autonomia e combatividade dos nossos órgãos e entidades. Esse “novo projeto”, hoje chamado Projeto Ético-Político da Profissão, é hegemônico, estando explícito nos marcos legais, normativas e posicionamentos das entidades

representativas, porém segue em disputa - tendo em vista que a categoria é plural e que não se encontra deslocada dos movimentos da própria sociedade, que vem sendo constantemente atacada pelo avanço do neoliberalismo e suas atualizações, conforme discorreremos no último item do Capítulo III.

### CAPÍTULO III - “SE O CAMINHO É MEU, DEIXA EU CAMINHAR”<sup>22</sup>

“Mapeando caminhos, onde que eu era se perdeu  
Em meio a incerteza, coloquei minha carne a mesa  
E pergunto a mim mesma, como você se atreveu  
A rasgar véu e abrir cicatrizes, em busca das minhas matrizes  
Sem saber como dói, e doeu  
Em meio ao asfalto, resgatar nossas raízes  
E gritar que os meus resistem  
Almas livres que um dia alguém prendeu”  
(Caça e Caçadora - Souto MC, 2019)

Neste capítulo, serão enfatizadas as transformações e prevalências históricas quanto aos perfis de profissionais das políticas e atendidas pelas mesmas. Os reflexos das alterações teórico-metodológicas no cotidiano profissional, bem como na consolidação do projeto ético-político hegemônico como hoje conhecemos e os impactos disso na relação entre profissionais e usuárias. Por fim, em um cenário de possibilidades, buscaremos observar a potência desta relação frente às mudanças e permanências dos perfis. Refletiremos sobre a situação pós-pandêmica e de desmonte desenfreado das políticas sociais analisando os impactos para profissionais e usuárias.

---

<sup>22</sup> Trecho da música “Se o caminho é meu” interpretada por Dona Ivone Lara (1985). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ShAfVTUf5p4>> Acesso em: 14/09/2023.

### **3.1 “Não precisa ser Amélia pra ser de verdade”<sup>23</sup>: perfis contemporâneos das Assistentes Sociais e das mulheres/famílias atendidas pelas políticas sociais.**

Ao passo que se operam mudanças internas na categoria, também a sociedade lidava com transformações, com a consagração da igualdade jurídica entre homens e mulheres, avanço das legislações sociais, ampliação da cidadania e direitos políticos, reestruturação do capitalismo, todas essas impondo alterações nas relações de gênero. Observamos que a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal implica uma ampliação na noção de trabalhos femininos na divisão social do trabalho e nessa se localiza o Serviço Social.

Para fins deste trabalho, conforme explicitado na metodologia, serão utilizadas as informações do documento Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional, elaborado pelo CFESS a partir de pesquisa realizada durante o recadastramento de profissionais entre 2016 e 2019, de modo que de 176.524 inscrições ativas, 44.212 realizaram o recadastramento e 9.816 responderam ao questionário da pesquisa. Nesta fonte é possível observar que a região sudeste, seio da gênese, ainda concentra a maioria das profissionais ativas (39,45% do total) e dessas 47% são de São Paulo, sendo que as participantes da pesquisa representam 25,77% das assistentes sociais ativas da região.

Com relação a identidade de gênero, a pesquisa aponta que

Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. “Outras expressões de Gênero”, diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10%. (CFESS, 2022, p. 23)

Apesar da institucionalização e o aumento da oferta de cursos de formação de assistentes sociais tornarem inviável a destinação exclusiva desses para as mulheres, há uma permanência majoritária desse perfil até os dias atuais, tendo em vista o caráter histórico, ideológico e político dessa divisão. Todavia, vale dizer que essa questão está em movimento, tendo em vista que em pesquisa realizada em 2004, 97% das profissionais se identificaram com o sexo feminino, representando uma queda de 4,08% no percentual. Sabemos que nesse período o debate acerca das diversas identidades de gênero evoluiu externa e internamente, de modo que hoje é importante e necessário considerar para além. Na pesquisa, esse esforço está expresso na opção “Outras Expressões de Gênero”, onde se vê

---

<sup>23</sup> Trecho da música Não Precisa Ser Amélia, de Bia Ferreira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eafn3B5KVII>> Acesso em: 10/10/2022.

[...] um total de 46 assistentes sociais indicaram que se identificam com seguintes identidades de gênero: Transexual Masculino, com 7 registros (15,22%), Transexual Feminino, com 5 registros (10,87%), Travesti, com 5 registros (10,87%), e 29 profissionais (63,04%) declaram não se identificar com nenhuma destas identidades de gênero. (CFESS, 2022, p. 24)

Assim, consideramos as particularidades que perpassam cada expressão de gênero e reconhecemos a impossibilidade de, nesta produção, aprofundar nos debates referentes às diversidades. Porém ressaltamos a importância política do reconhecimento das identidades de gênero e iremos considerar do/no universo feminino todas as pessoas que se identificam com este gênero somando as transexuais femininas; bem como do/no universo masculino as pessoas que se identificam com este gênero, somando os transexuais masculinos. Com isso, chegamos a um total de 41.088 mulheres e 3.090 homens, em ambos incluindo cis e transgênero<sup>24</sup>.

Quanto às pessoas que se identificam como travestis, sabemos que não há consenso quanto a sua identificação como mulher, tendo em vista se tratar de um conceito subversivo às definições binárias de gênero e observado o longo percurso histórico para formação dessa categoria identitária, com forte teor e tensões políticos. Sendo assim, devemos priorizar o respeito pela identidade auto atribuída das pessoas, mantendo travestis enquanto uma categoria distinta. A entrada dessa população na categoria, bem como o fato de ser este um grupo vulnerabilizado e fortemente impactado pelos avanços e atualização do conservadorismo, impõem ao Serviço Social a urgência de se debruçar sobre essa temática, como as entidades representativas vêm fazendo pela promoção de eventos e debates, lançamento de materiais orientativos e campanhas.

Com relação a identificação de cor/raça, a pesquisa adotou as definições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Pnad), tendo como possibilidades: branca, preta/negra, parda, indígena, amarela e outra. Observamos, no conjunto da população negra (preta, negra e parda) um total de 22.255 profissionais (50,34%), destacando uma maioria de identificação com a classificação parda dentro desse grupo, sendo 16.615 profissionais (37,58%). Com isso é possível notar alteração de perfil, tendo em vista o caráter de classe/raça presente na gênese da profissão, com hoje maioria de pretas e pardas, se consideradas somadas, em detrimento de brancas (que registrou 20.771 ou 46,98%), todavia vale ressaltar que, separando as categorias de classificação as

---

<sup>24</sup> Pontuamos a diferença entre cisgênero e transgênero como sendo a concordância, no caso da primeira, ou a discordância, no caso da segunda, entre o sexo anatômico lido no nascimento e a identidade de gênero autodeclarada pela pessoa. (JESUS, 2012 apud ALVES, 2017)

primeiras seguem com uma margem abaixo das últimas, principalmente as pretas que representam 12,76%, com 5.640 registros.

Além disso, “as/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51%” (CFESS, 2022, p. 30). É importante pontuar que a coleta desses dados se deu via autodeclaração **étnico-racial**, procedimento que encontra limitações na realidade, tendo em vista que exige uma consciência **étnico-racial** que ainda não é amplamente difundida na sociedade brasileira sob o fantasma do mito da democracia racial. A exemplo, em entrevistas sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais não é raro observarmos confusão quando as pessoas são perguntadas sobre sua pertença étnico-racial, por vezes se autodeclarando em discordância com a forma que a vemos, enquanto observadoras externas, e é a sua identificação que deve constar nos instrumentais.

Frantz Fanon (2001, p. 179), observando essa lógica, pontua: “É porque o preto pertence a uma raça “inferior” que ele tenta assemelhar-se à raça superior.” A partir do momento em que a identidade se dá por meio da comparação e a narrativa histórico-social que constrói o negro brasileiro o coloca como sendo o “problema”, faz sentido que como Juan de Mérida<sup>25</sup>, siga o pensamento de que:

Normalmente o negro é um escravo. Esse não é o seu caso:

“Pois, apesar de ser negro não sou escravo.”

Entretanto, ele gostaria de escapar dessa negrura. Ele tem uma atitude ética na vida. Axiologicamente é um branco [...] No paroxismo da dor, só há uma solução para o infeliz preto: provar sua brancura aos outros e sobretudo a si mesmo.” (Fanon, 2001, p. 178).

Hoje, o movimento oposto - de pessoas lidas como brancas pelo observador externo se autodeclarando negras para obter algum benefício - também é observado. A questão da autodeclaração gera diversos debates e já conta com produções, inclusive no âmbito da Política de Cotas onde outras alternativas são aplicadas, como as bancas de heteroidentificação<sup>26</sup>. Neste momento, não nos cabe ampliar a problematização para além de dizer que estes números de cor/raça podem estar sujeitos a margem de erro que só seria

<sup>25</sup> Personagem da peça espanhola *El valiente negro de Flandres*, de André de Claramunte, citado por Frantz Fanon (2001) para desenhar o sentimento de inferioridade do negro. .

<sup>26</sup> Processo em que é formada uma Comissão para realizar análise fenotípica de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas para fins de comprovação da pertença étnico-racial. Para mais informações, vide “As comissões de heteroidentificação, as cotas e as identidades coringas dos pardos” (FONSECA, 2022), disponível em: <https://www.comciencia.br/as-comissoes-de-heteroidentificacao-as-cotas-e-as-identidades-coringas-dos-pardos/> Acesso em: 20/06/2023

avaliada com uma análise mais específica e criteriosa e, ainda, assim não escaparia de polêmicas.

Com tudo para fins desta pesquisa, consideramos a subjetividade da profissional que se declarou e faremos a análise de que, ainda que tenham sido operadas transformações no acesso ao curso e na própria sociedade, a categoria de classificação que individualmente mais aparece pela autodeclaração ainda é a branca. No documento em questão essa preocupação parece demonstrada:

Será que a maioria da categoria profissional é realmente branca, ou há a supressão da real identidade de cor/raça das/os profissionais?

Essa pergunta pode ser melhor respondida ao ser avaliada a distribuição das/os profissionais recadastradas/os por cor/raça segundo a Unidade da Federação. Um aspecto que se sobressai é o fato de que as/os profissionais que se autodeclararam majoritariamente na cor branca estão em três UFs localizadas na região Sul do Brasil, território formado por população de origem europeia, provenientes de países como Alemanha, Itália, Polônia e outras. Assim, Santa Catarina lidera nesse quesito, com 83,39% declaradas/os como de cor branca. Na sequência, estão Rio Grande do Sul, com 80,40% e o Paraná, com 71,79%. São Paulo, na região Sudeste, registra 63,74% de profissionais de cor branca, uma UF que também possui forte predominância de migração europeia em sua formação populacional, em particular, de italianos. (CFESS, 2022, p. 32)

Aí se destaca o fato de apenas um quarto das profissionais terem realizado o recadastramento e as regiões de onde partiram. Todavia, não encontramos fundamentos históricos suficientes para se questionar o quantitativo branco na categoria, tendo em vista os elementos constitutivos da profissão e a própria realidade brasileira, cuja entrada massiva de negros no ensino superior se deu principalmente após a implementação das cotas raciais, em 2012, mas que segue sendo uma participação minoritária com relação aos brancos, principalmente se restringirmos à classificação “pretos”. Se considerarmos que as estudantes negras beneficiárias do sistema de cotas passaram a ingressar principalmente em 2013 levando no mínimo 4 anos para se graduarem, temos que a inserção da primeira turma no contingente profissional se deu de fato a partir de 2017, ano em que a pesquisa já estava em curso.

Neste ponto, também vale resgatarmos outra pesquisa organizada pelo CFESS (2006), com dados coletados em 2003 e 2004 com base em amostragem (margem de erro definida por estatística em 3%) distribuída entre os 24 CRESS e seccionais. Nesta, o percentual de profissionais que se declararam brancas foi de 72,14%, seguido de pretas/negras 20,32%. Nessa pesquisa foram descritas apenas essas duas categorias (brancas e pretas/negras), sendo

que em resposta aberta surgiram as variantes: parda (4,01%), morena (1,05%), mestiça (0,86%), mulata (0,38%), índio (0,38%), amarela (0,38%), caboclo (0,19%), afro-descendente (0,10%), japonesa branca (0,10%) e brasilis (0,10%)<sup>27</sup> - reforçando a fragilidade do debate na categoria à época.

Comparando as duas pesquisas, em mais ou menos 15 anos<sup>28</sup>, o percentual de assistentes sociais declaradamente brancas caiu 25,16%. Enquanto isso, as negras apresentaram um crescimento de 26,01%<sup>29</sup> em participação na categoria, variação maior que a do percentual de estudantes negros no ensino superior de graduação, que passou de 25,2% em 2003 para 43,7% em 2015 - variação de 18,5% (IPEA, 2020). Aqui vale destacarmos que a entrada desses estudantes na educação superior não significa sua conclusão e menos ainda a inserção no mercado de trabalho na área graduada, de modo que entre esses estágios há diversos outros desafios a serem superados<sup>30</sup>.

Ainda referente ao perfil, outro ponto importante é a religião, onde observamos um movimento de baixa da histórica hegemonia católica (que em 2004 era 67,65%), muito embora siga liderando em participantes, com 49,65%. Nesse ínterim, cresce a influência da igreja evangélica entre as profissionais, passando de 12,69% para 21,61%. Ambas as religiões são instituições que, até os dias atuais, reforçam preconceitos e representam o conservadorismo em diversas esferas da sociedade, sendo um elemento histórico de manutenção da ordem capitalista, de legitimação e naturalização das opressões.

Não se trata de generalizar as praticantes, todavia reconhecer que essas religiões têm desempenhado um papel fundamental a conservação da família hetero-patriarcal monogâmica, base da sociedade de classes, que fundamenta o controle sobre a sexualidade das mulheres, além de reforçar uma hierarquia a ser reproduzida em todas as relações na sociedade. Que, além disso, essas religiões justificaram e incentivaram o genocídio, a escravização, a exploração e lesbo/homo/bi/transfobia e, ainda, hoje o fazem de forma institucionalizada nas escolas, Câmara, no Senado e outros espaços de poder.

---

<sup>27</sup> Variantes escritas na íntegra, conforme documento mencionado.

<sup>28</sup> Nos referimos a “mais ou menos 15 anos”, pois a primeira pesquisa ocorreu entre 2003 e 2004 e a segunda “entrou no ar em dezembro de 2016, mas, por necessidade de adequações e resolução de problemas nas bases de dados, teve que ser suspenso de julho de 2017 a novembro de 2018, retornando para acesso da categoria após esse período e permanecendo ativo até dezembro de 2019” (CFESS, 2022, p. 10-11)

<sup>29</sup> Para esse comparativo, consideramos da pesquisa realizada entre 2016 e 2019 a somatória de pretas e pardas e da pesquisa anterior, de 2003-2004, a somatória de pretas/negras e pardas (categoria que apareceu nas respostas abertas).

<sup>30</sup> Observamos esse fato mais a frente no documento do CFESS (2022, p. 90), onde se mostra que pretas/negras/pardas são 57,95% das profissionais que não possuem nenhum vínculo empregatício.

Ademais, na própria categoria, as implicações da aliança com a religião remontam a práticas moralizadoras e assistencialistas, contra as quais seguimos em intenção de ruptura. Iamamoto (2014, p. 629) observa que,

Ainda que a profissão e o ensino acadêmico-profissional tenham se secularizado ao longo dos anos, a religiosidade impregna a juventude estudantil na área, especialmente a de raiz protestante. [...] O componente religioso atualmente é mais afinado com a ascensão social capitalista, expressando um trânsito da fraternidade à prosperidade.

Também não se trata de defender o ateísmo na profissão, porém refletir sobre como as religiões e suas representações sociais dialogam com o nosso projeto ético-político e refletem na nossa prática profissional, para a “manutenção de uma agenda pautada na laicidade e na defesa dos direitos humanos e sua pluralidade” (CFESS, 2022, p. 39), afinal uma pessoa que busca um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) se encontrando em miséria propositalmente forjada pelo sistema capitalista, não deve ouvir de nós um “confia em Deus, vai dar tudo certo”.

Seguindo, outra informação relevante quanto ao perfil é referente a situação civil, com queda das duas categorias mais registradas comparando as coletas (de 2004 e a mais recente), sendo Casada e Solteira, com variação de 53% para 45,09% e 47% para 37,88%, respectivamente. Pontuamos que na pesquisa publicizada em 2022, foram consideradas mais opções, com o Divorciadas (8,20%), Separadas (1,41%), Viúvas (1,13%) e Outras<sup>31</sup> (6,3%). Além disso, as relações afetivas passaram por mudanças importantes nos últimos anos, o que deve justificar as baixas.

Na intersecção entre uma pesquisa e outra, além da política de cotas que revolucionou a educação superior no país, outras mudanças significativas ocorreram no âmbito geral da política, mas especificamente no Serviço Social, conforme pontuado por Iamamoto (2014, p. 628-629),

[...] (a) expansão acelerada da oferta de vagas, como já relatado; (b) prevalência de instituições de ensino privadas não universitárias em detrimento das universidades, o que coloca em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, visto estar associado às funções precípuas da instituição universitária; (c) precarização das condições de trabalho docente expressa na proliferação de contrato por tempo determinado ou por tarefa, no rebaixamento salarial, na intensificação do trabalho, no

---

<sup>31</sup> Há uma análise no documento que considera na opção Outras os modelos familiares ainda não formalizados na esfera jurídica, como a União estável, destacando o avanço no reconhecimento, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de uniões de pessoas do mesmo sexo pela Resolução 175/2013. Porém, no documento não há especificações e não foram apresentadas informações quanto à orientação sexual das assistentes sociais. Na pesquisa anterior eram 95% heterossexuais, 3% homossexuais e 2% bissexuais (CFESS, 2004).

maior volume de aulas semanais com elevada relação numérica professor/aluno, na redução da autonomia docente na elaboração dos programas das disciplinas, em favor de pacotes pré-estabelecidos pelas empresas que definem conteúdos e bibliografias adotados; absorção de pós-graduandos, que buscam acumular experiência no trabalho docente; (d) mudança no perfil socioeconômico dos estudantes, com ampliação do acesso aos IES por parte da juventude trabalhadora, estimulada pela política de cotas para o ensino superior, bolsas do ProUni, crédito escolar, entre outros. Observa-se maior incorporação de trabalhadores economicamente ativos que buscam no ensino superior meios de ascensão social e de elevação de status social na unidade familiar.

Em 2006, os CRESS contavam com cerca de 70 mil profissionais ativos, número que no final de 2019 passou para 176.524 mil, um aumento de 156% em 13 anos (CFESS, 2022). Para o Serviço Social, há de se considerar particularmente a pulverização de cursos privados com fins lucrativos que historicamente configuram a principal fonte de formação de assistentes sociais,

Do total, a maioria (52,97%) concluiu o curso em instituição privada com fins lucrativos, seguida de longe pelas instituições públicas federais (18,63%), instituições privadas filantrópicas (9,59%), instituições públicas estaduais (8,92%), instituições privadas confessionais (5,01%), instituições privadas comunitárias (3,52%) e, residualmente, em instituições públicas municipais (1,37%). Sob outro ângulo, a totalização de graduadas/os em instituições públicas chega a 28,91% contra 71,09% em instituições privadas, com destaque para as com fins lucrativos. (CFESS, 2022, 51)

O grande problema dessa questão é a lógica que perpassa a política de educação que dispõe de interesses opostos, considerando as instituições privadas (principalmente com fins lucrativos) e públicas,

A política de educação superior encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem: tanto as forças que impulsionam a financeirização da vida social — e dela se beneficiam — para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial quanto dos interesses da maioria dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos. (Iamamoto, 2014, p. 624-625)

Quando refletimos que o Serviço Social conta com um projeto societário para além de profissional e que a ampla maioria das profissionais são formadas por instituições de ensino vinculadas a monopólios capitalistas, sem compromisso social e conduzidas pelo lucro, nos gera preocupação quanto aos limites da materialização do Projeto Ético-Político, frente a uma formação acadêmica-profissional que não o pautasse necessariamente. Por outro lado, sabemos que mesmo as universidades públicas vêm sendo dominadas pela lógica mercantil e

empresarial com o conhecido movimento de precarização-privatização, abrindo suas portas para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e outros modelos. Portanto, é fundamental reafirmar a

[...] defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições. (Iamamoto, 2014, p. 625)

Considerações postas, resumimos que hoje, tendo como base o universo pesquisado, a categoria profissional é composta majoritariamente por mulheres, brancas e pardas, católicas e evangélicas, graduadas pelo ensino privado. Importa ressaltar que esses dados foram colhidos anteriormente à emergência sanitária da Covid-19, de modo que as consequências dessa não estão ainda expressas, conforme analisaremos no próximo item. Todavia, é fato que essas assistentes sociais estão dispersas nos variados espaços sócio-ocupacionais, atuando na linha de frente das políticas sociais, o que nos leva ao próximo ponto da nossa discussão: qual o perfil atual das pessoas que utilizam essas políticas e, conseqüentemente, são atendidas pelo Serviço Social?

Nesse ponto, conforme apontado na metodologia, serão utilizadas informações do Cadastro Único, cadastramento que é exigido para acessar os programas, serviços, projetos e benefícios sociais, de início exclusivamente os vinculados à Assistência Social. Porém com a melhora na gestão dos dados e o entendimento do potencial de alcance, esse instrumento vem sendo utilizado pelas outras políticas sociais, “como seleção para programas de interesse social e de isenção de tarifas, como os cadastros habitacionais, matrículas escolares e universitárias, isenção para concursos públicos e etc.” (Silva; Campos; Bolzan; Souza, 2021, p. 8).

Com ele, é possível nos aproximarmos da realidade das famílias e pessoas compreendidas enquanto de baixa renda<sup>32</sup>, em situação de extrema pobreza<sup>33</sup> e pobreza, pelo Governo Federal, sendo um importante retrato da desigualdade brasileira e potente ferramenta para se pensar as políticas públicas e seus impactos. Em abril de 2023, eram 41.827.355

---

<sup>32</sup> São consideradas de baixa renda as famílias que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo, ou seja, R\$651,00. (SEDES/DF, 2023)

<sup>33</sup> Para essa classificação, é considerada renda diária inferior a US\$1,90, em reais, se aproximando de R\$168,00 por mês.

famílias cadastradas, sendo 22.051.015 (53%) em situação de extrema pobreza; 3.899.814 (9%) em situação de pobreza; 7.840.639 (19%) famílias de baixa renda e 8.035.887 (19%) famílias acima de meio salário mínimo (CECAD.CIDADANIA, 2023).

O CadÚnico dá uma importância central à família, entendendo-a como “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio” (SAGI/MDS, formulário principal do Cadastro Único). Além disso, trabalha com o conceito de Responsável Familiar (RF), orientando que “deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher” (SAGI/MDS, formulário principal do Cadastro Único).

No Cadastro Único, as informações coletadas são declaradas pela pessoa responsável pela unidade familiar (RF) [...] Essa RF é também a titular preferencial do PBF, isto é, a pessoa responsável pelo saque do benefício, conforme a Lei no 10.836/2004 (Brasil, 2004). Do ponto de vista administrativo, a opção pela titularidade preferencial feminina decorre da definição legal já existente nos programas de transferência de renda condicionada, anteriores ao PBF, e por ele unificados em 2003. Sob a ótica conceitual, essa opção ratifica a perspectiva já existente nesses programas, e embasada em análises empíricas sobre os gastos domiciliares, de que a transferência monetária direta à mulher reforça sua utilização em prol de toda a família. (Bartholo; Passos; Fontoura, 2017, p. 8)

Só essa questão já nos faz saltar aos olhos as expressões das relações de gênero nas políticas sociais, por mais que esse não seja seu foco. Ter a mulher preferencialmente enquanto responsável familiar nos faz refletir que a mulher é, de fato, a mais responsável pela família; que é ela quem, majoritariamente e historicamente, não abandona; quem passa horas nos postos de saúde para agendar consultas; mas o significado disso em uma política cujo objetivo não é a equidade de gênero divide opiniões, conforme apontam Bartholo, Passos e Fontoura (2017, p. 9),

De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado como forma de ampliar a eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. De outro, argumenta-se que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar, tarefa tradicionalmente masculina.

Essa preferência expressa pelo Governo Federal atinge seus objetivos, sendo que em março de 2023, 81% das concessões do Bolsa Família, por exemplo, tiveram mulheres enquanto protagonistas das unidades familiares beneficiadas (GOV.BR, 2023). Para esse

trabalho, além de todos os fatores histórico-sociais já expostos, essa informação nos confirma que este é um dos elementos que constitui o perfil de pessoas atendidas pelas políticas sociais e, conseqüentemente, pelas assistentes sociais: são mulheres.

Infelizmente, enquanto reflexo do descaso e desmonte promovido nesse âmbito nos últimos anos, temos que a atualização mais recente dos microdados do CadÚnico se deu em dezembro de 2018, nos restando trabalhar com essas informações. Naquele momento, havia 25 milhões de famílias cadastradas e dessas, 83% eram chefiadas por mulheres. Ainda, das 68,4 milhões de pessoas inscritas, 40 milhões tinham mais de 18 anos e destas 71,5% eram negras e 62,6% mulheres (PORTAL GELEDÉS, 2020).

Continuando, segundo o pesquisador Guilherme Hirata<sup>34</sup> (2020), dessas 40 milhões pessoas (com 18 anos ou mais), 77% declararam não ter trabalho e das que tinham trabalho, 58% eram autônomas - ou seja, não contavam com a cobertura dos direitos trabalhistas e previdenciários -, a renda familiar per capita era de R\$ 285, além de constarem 2,6 milhões de famílias com renda zero. Esse levantamento nos faz aprofundar em nosso perfil, observando se tratar de mulheres negras, arrimo de família, sem trabalho ou trabalhando por conta própria, o que longe da ilusão do empreendedorismo liberal, representa precarização, falta de garantias e instabilidade.

Não podemos dizer que se trata de uma surpresa, ao longo da revisão bibliográfica foi possível visualizar esse perfil se definindo historicamente. Portanto, é importante que haja documentação dessas informações para que não sobre dúvidas do quão equivocadas estão as alegações de que superamos o fato de termos sido o último país do Ocidente a abolir a escravização.

Durante a realização da pesquisa de campo para elaboração de trabalho de conclusão de curso (final de 2019, começo de 2020), desenvolvemos oficinas com um grupo pré-existente de “beneficiários” de cestas alimentícias (verduras e legumes) distribuídas por um CRAS do município de Uberaba/MG. Na ocasião, ainda que fosse um grupo não exclusivo para mulheres, mas sim para pessoas abrangidas por esse programa, foi possível observar que a grande maioria das participantes eram mulheres-mães-negras.

É neste ponto em que se encontra a dicotomia presente no título dessa dissertação: reflexos de Virgem Maria ou filhas de Eva? O Serviço Social, cujas protoformas se encontram no seio da Igreja Católica, passou de tarefa natural e divina exercida pelas mulheres cristãs à

---

<sup>34</sup> Guilherme Hirata é economista e pesquisador da Consultoria iDados e realizou levantamento pelas bases amostrais desidentificadas do CadÚnico de 2018. Conseguimos acesso a esses dados diretamente com o pesquisador através de contato por e-mail em 29/06/2023.

profissão inscrita na divisão social, sexual e técnica do trabalho sem, por muito tempo, romper com a autocracia burguesa. Seguindo em intenção de ruptura, hoje com um projeto profissional e societário de caráter ético-político graças ao empenho das que vieram antes, ainda carrega estereótipos externos, na mesma medida em que internamente se mantém a ampla participação branca e cristã/católica.

Chamado a intervir no “problema do negro”, que viria a ser seu principal usuário, o serviço social tradicional assume postura higienista e de branqueamento, acompanhando o momento histórico e seus mandantes. Mesmo nos primórdios da aproximação com a teoria social crítica, não legitima as particularidades desse grupo social, assumindo na centralidade da classe nas relações sociais de exploração a justificativa necessária para o pretenso e conveniente movimento de homogeneização da classe trabalhadora.

Hoje, enquanto categoria organizada, assume os esforços de tornar teórica e politicamente viável o aprofundamento do debate étnico-racial sobre as mesmas bases clássicas, enquanto parte das assistentes sociais permanecem nos campos de trabalho sem atualização ou alinhamento com as entidades representativas, seja por não acompanharem as diversas alterações teórico-metodológicas, por uma formação deficitária e mercadológica, muitas vezes pautada pela necessidade de se inserir ao mercado de trabalho, seja pelo abismo que se formou entre a academia e os espaços de atuação, seja ainda por adesão consciente a outro projeto, pelos esgotos abertos do neoconservadorismo.

Fato é que o amplo ingresso, principalmente na última década, de estudantes com perfil diversificado com relação ao anteriormente hegemônico, da mesma forma, diversifica e impõe demandas à profissão, ao passo que cada vez mais nós assistentes sociais nos assemelhamos com as pessoas que atendemos,

Verifica-se, simultaneamente, uma alteração na composição de classe do contingente profissional, reduzindo a distância social entre a categoria de assistentes sociais e o público atendido, com refrações no universo cultural dos estudantes, o que merece atenção por parte das unidades formadoras. Por outro lado, a metamorfose na situação de classe dos estudantes cria uma ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe, alvo predominante dos serviços profissionais e das políticas sociais públicas. Assim, pode também representar para o profissional um reforço à identidade de classe enquanto trabalhador, matizada por recortes de gênero, etnia e geração. (Iamamoto, 2014, p. 629)

Todavia, também é importante salientar que, conforme ecoa Bia Ferreira (2019, 1:58) “Seja preta, indígena, trans, nordestina; Não se nasce feminina, torna-se mulher”, ser mulher é

construção, tanto externa - pois ao sermos reconhecidas como tal já nos passam as listas e protocolos -, quanto interna no reconhecimento de nós mesmas e nossa posição no mundo. Assim, tal qual na sociedade não basta ser mulher para não reproduzir o machismo e ser preto para não reproduzir o racismo, também não basta ser assistente social para automaticamente adquirir um filtro que nos isenta de reproduções e preconceitos.

Em pesquisa realizada entre 2018/2019 pelo Programa de Educação Tutorial (PET)/Conexões de Saberes, Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), do qual fiz parte, foi traçado o perfil das usuárias dos serviços do Lar da Caridade<sup>35</sup>. A partir dos documentos fornecidos pela instituição, levantamos que

O primeiro dado importante observado foi que 70% dos usuários se autodeclararam pretos ou pardos. Sendo 87% desses usuários mulheres, dentre elas 67% se autodeclararam pretas ou pardas. Dentre os homens, 13% do público geral, apenas 1 se autodeclarou branco, todavia seja idoso, o que remete à opressão geracional. (Santos; Rezende; Batista; Castro; *et al.*, 2020, p. 323).

O processo de devolutiva da pesquisa à equipe multiprofissional foi interessante, pois a mesma também era composta majoritariamente por mulheres negras que, todavia, não haviam feito tal observação prévia e mesmo não consideravam esse dado no desenvolvimento das ações naquele espaço. Consideramos que esse fato se deve tanto pelo automatismo imposto no cotidiano de sobrecarga e alta demanda, quanto pela própria naturalização de pessoas negras nesse lugar.

Essa naturalização encontra base no racismo institucional, ou seja, no racismo legitimado pelo Estado e incentivado pelas instituições. No Brasil, essa dimensão fica explícita quando o Estado não se posiciona, por exemplo, no estabelecimento de políticas públicas para a garantia de boas condições de vida e adaptação da população negra na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, assumindo uma reorganização social desigual e excludente. A adoção, por outro lado, de uma política de branqueamento e higienização para reforçar a supremacia branca representa o potencial do Estado em utilizar-se de suas instituições e aparatos legais para manutenção das relações desiguais de raça, o que ainda hoje se expressa na demarcação quase que natural do que é espaço de negro e de branco, trabalho de negro e de branco.

---

<sup>35</sup> Instituição do terceiro setor do município de Uberaba/MG, vinculada à política de Assistência Social, que desenvolve ações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e prestação de benefícios eventuais.

Todavia, as instituições e suas manifestações não são prontas e acabadas e conforme aponta Silvio Almeida (2019, p. 31) “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” Assim, após e diante desse reconhecimento foi possível o aquilombamento e, em sequência, durante a realização de oficinas de formação juntamente com a equipe do locus da pesquisa, chegamos a um último encontro que pensou intervenções e alterações práticas para o cotidiano de trabalho, que melhor contemplassem e representassem o público atendido, agora concretamente representado.

Dentre as estratégias, a equipe apontou a intenção de utilizar prioritariamente materiais audiovisuais em suas campanhas, cartilhas e reuniões que representassem de fato a população atendida, sendo negras e mulheres, além de manter um estudo sistemático entre a equipe multiprofissional sobre as opressões, e particularidades de raça e gênero, visando um olhar mais próximo para realidade das usuárias. Assim, foi observado-salientado pelas profissionais a importância da pesquisa para documentação de situação observada, mas não sistematizada, dada às altas demandas do processo de trabalho cotidiano (Santos; Rezende; Batista; Castro; *et al.*, 2020, p. 325).

Outro exemplo de como esse processo não necessariamente é intrínseco ou natural se deu durante atuação profissional na política para mulheres, onde observamos que o juízo de valor ainda é prática recorrente por parte das profissionais, naquele espaço em maioria brancas. Desde comparar as vivências e escolhas das mulheres usuárias com as suas próprias, até reproduzir senso comum com discursos machistas, as profissionais - como o restante da sociedade, porém particularmente pelo desenvolvimento histórico da profissão que parte da moralização - podem acabar por, nessa relação, reforçar distâncias e em grande medida fragilizar o vínculo entre essas pessoas e as políticas. Assim, neste serviço de uma política social gerida pelo município, onde mulheres convivem em diferentes lugares, em grande medida, a atuação do Serviço Social ainda se pauta no aconselhamento e direcionamento moral para as expressões da questão social.

Infelizmente, as principais informações e estatísticas de que tratamos neste item são anteriores ao desgoverno Bolsonaro, que representou a intensificação, no âmbito institucional, dos neo-conservadorismo e liberalismo. Também as ampliações promovidas pela emergência da pandemia pelo Coronavírus não se encontram abrangidas pelas pesquisas mencionadas. Portanto, no próximo item, buscaremos traçar um panorama geral dos últimos

acontecimentos sócio-político-econômicos a nível nacional e como esses podem impactar as políticas sociais, as profissionais que nelas atuam e a população atendida.

### 3.2 “Sonho meu...”<sup>36</sup>: Reflexões sobre a situação contemporânea: conjuntura, agravamentos e possibilidades da atuação de assistentes sociais.

Para falarmos da situação contemporânea das políticas sociais, pensando a atuação profissional e o público assistido, é necessário retomar um processo que antecede a situação pandêmica iniciada, principalmente, em 2020. Desde a década de 1990, vimos o avançar de um projeto neoliberal sobre a política brasileira, com o qual

Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em conseqüência do "enxugamento do Estado" em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade. Na linguagem governamental e empresarial trata-se de reduzir o "Custo Brasil". Na contrapartida daquele "enxugamento" tem-se um alargamento da proteção do Estado para os grandes oligopólios. O fundo público é cada vez mais desigualmente distribuído, sendo canalizado para a sustentação dos grandes capitais, em especial o capital financeiro (Iamamoto, 2000, p. 35)

Esse processo de “contrarreforma do Estado” (Behring; Bochetti, 2008) representa o esforço brasileiro de se adequar às imposições do capitalismo mundial com o agravamento da crise econômica e esgotamento do Estado Desenvolvimentista ao final do Governo Sarney (1990). Segundo Soares (1995, p. 177),

A retirada do Estado ou a sua renúncia enquanto agente econômico produtivo e empresarial, foi outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se derivavam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribuiria para a redução (estratégica) do setor público. Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta era a ideia de que o setor público caracterizava-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma "racionalidade" e uma "vocaçao" capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse.

Esse componente ideológico, que nos parece assustadoramente atual, impacta não somente nas áreas produtivas, como também na social, sob a máxima da redução do gasto público. Neste período, a alta demanda pelos serviços sociais, somado ao baixo investimento e a retomada do estímulo pelas iniciativas privadas e civis na área, refletem no aumento do desemprego e miséria, além de novas configurações nas relações de trabalho, com

---

<sup>36</sup> Nome de uma das músicas mais famosas de Dona Ivone Lara (2004), interpretada por diversos artistas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f7KT1OaPEcg>> Acesso em: 14/09/2023.

[...] um campesinato que decresce em números absolutos, [...] um proletariado que cresce fortemente, mas que perde participação relativa na renda; o surgimento de um setor popular urbano "terceirizado", que se expande rapidamente em ocupações "não-manuais" semiqualficadas e mal remuneradas; e um setor de classe média alta que também se expande, se diferencia internamente, e se complexifica em sua identidade como estrato social. (Soares, 1995, p. 182)

Nos governos que se seguiram (FHC e Collor), seguiu-se a perspectiva reformista amplamente difundida nas mídias, com reformas voltadas para o mercado, na defesa de que o déficit econômico e a crise de 1980 teriam como causa central os “altos” gastos sociais. Aqui destacamos especialmente, apontado por Behring e Boschetti (2007, p. 154),

[...] o Programa de Publicização, que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução das políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social - sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade - se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do em comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado.

Assim, em detrimento das ações preventivas e redistributivas, estava posta para as políticas sociais a tríade neoliberal: privatização, focalização e descentralização. Mesmo durante os governos Lula, com o levante histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), esse projeto segue em curso, de modo que em nome do superávit primário, acenando frequentemente às elites, sendo que “foi nos seus três primeiros anos de gestão que as cinco maiores instituições bancárias auferiram um lucro de 26%, superior ao ocorrido nos oito anos de seu antecessor” (Marques; Mendes. 2007, p. 16).

Em nome da conciliação de classes<sup>37</sup>, ao mesmo tempo em que avançava na contra-reforma da previdência dos funcionários públicos e tensionava para a diminuição dos recursos destinados ao SUS, o Governo lança mão de seu carro-chefe, o PBF, “fruto da unificação de diversos programas pré-existentes, tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás” (Marques; Mendes, 2007, p. 20) e sua centralização no MDS. Até hoje, este programa é crucial para a subsistência das famílias beneficiárias, todavia devemos apontar a problemática de seguir sendo um “programa”, como

---

<sup>37</sup> Apesar da expectativa de virada democrático-popular com a eleição de Lula não ter se concretizado e da política de conciliação de classes acabar representando uma curvatura aos interesses econômicos do mercado e das elites, vale destacar que os Governos PT foram importantes para a classe trabalhadora, lançando medidas como a recomposição do salário mínimo e a ampliação de vagas nas universidades públicas e o próprio PBF.

o nome diz, não se constituindo, assim, direito adquirido pelas famílias e ficando a sua manutenção a cargo dos governos, suas prioridades e interesses, como ficou explícito durante a pandemia e campanha eleitoral de 2022.

Este pacto social [da conciliação de classes], composto por um amplo leque de partidos e por diferentes frações de classe, dos mais ricos aos mais pobres, permitiu ao PT articular um jogo político inédito na história do País, atendendo tanto às necessidades mais imediatas da classe trabalhadora quanto às demandas dos principais setores da burguesia brasileira. (Cassin, 2022, p. 19)

Aqui, precisaremos dar um salto histórico para o próximo grande marco político a ser considerado nesse trabalho quanto ao avanço da agenda neoliberal, indo para 2016 e o impedimento da continuidade do mandato da presidenta Dilma (PT). Com uma votação marcada pelo uso do nome de Deus e homenagens a torturadores, a Câmara do Deputados sucumbe ao golpismo, histórico na política brasileira, e derruba a primeira mulher a chegar no cargo mais alto do executivo federal para, retomando o poder, acelerar a esteira do neoliberalismo no país sob a tutela de Michel Temer (MDB) e “ampliar a atuação do Estado na canalização de recursos públicos para amortecer os efeitos da crise junto aos interesses do capital” (Boschetti; Teixeira, 2018, p. 3-4). A esse episódio nos referimos, tal qual Behring e Boschetti (2021, p. 70), como “golpe parlamentar de 2016 (com o apoio do empresariado, Judiciário e grande mídia)”.

Em dezembro do mesmo ano, enquanto as universidades públicas estavam ocupadas pelo movimento estudantil, o desgoverno Temer aprovou a Emenda Constitucional 95 (EC 95), que instituiu um teto de gastos nas áreas mais importantes da manutenção da sociedade e reprodução dos/as trabalhadores/as. Com isso,

[...] saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura, saneamento, desenvolvimento agrário, ciência e tecnologia, habitação, infraestrutura, dentre outros, deveriam ser limitados às despesas executadas em 2016 e corrigidos anualmente apenas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até 2036. (Cassin, 2022, p. 22)

Boschetti e Teixeira (2018, p. 7) observam que,

[...] ocorreu a diminuição de recursos em todos os grupos de despesas em 2017 quando comparado ao ano de 2016, exceto no grupo “amortização da dívida”, que teve aumento de 5,7%, o que mostra que o teto de gastos atinge diretamente os gastos sociais, mas não implica em redução de transferências do fundo público para o capital financeiro.

Nesse cenário, resgatamos Salvador (2010, p. 606), uma vez que “a característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos”. Essa tendência de financeirização da riqueza se segue com ações de incentivo fiscais e isenção de tributos, contribuindo cada vez mais para a transferência de recursos do fundo público para o capital financeiro “sob a forma de juros e amortização da dívida pública” (Salvador, 2010, p. 622)

Em contrapartida, temos, com a desfinanceirização, a aceleração da precarização das políticas sociais e, conseqüentemente, das condições de trabalho nelas. A diminuição sucessiva da destinação de recursos financeiros, materiais e humanos para a manutenção dos programas e ações compreendidas pelas políticas, somada ao desgaste ideológico ocasionado pelo reforço a tendências conservadoras e liberais nas áreas, como a desresponsabilização do Estado e o incentivo ao trabalho voluntário, contribuíram para o aumento da pobreza e da desigualdade, conforme apontado por boletim do IPEA (2021), com diminuição do número de beneficiários do PBF e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Não por acaso, o único que não apresentou baixa foi o Programa Criança Feliz (PCF), que, há época,

[...] tem sido uma prioridade da gestão federal da política. Em 2016, quando ele ainda não existia, os repasses aos serviços socioassistenciais representaram cerca de 85% das despesas discricionárias. Com a criação do programa, em 2017, os repasses aos serviços responderam por 81% e os do PCF por 5%; em 2018 e 2019, essa composição das despesas discricionárias foi de 75% e 10%, respectivamente. (IPEA, 2021, p. 70)

Destacamos esse Programa, em especial, pois ele representa fielmente o retrocesso em perspectiva nas políticas sociais, com ênfase na Assistência Social. O PCF, lançado também na esteira do golpe de 2016 (em outubro do mesmo ano), tem como foco o cuidado à primeira infância e o desenvolvimento da habilidade dos pais, sendo que a principal intervenção se dá por meio de visitas domiciliares às famílias cadastradas, com vistas a “preparar essa geração para vencer a pobreza” (BRASIL, 2020, n.p. apud Campos, 2020, p. 10). Tendo como embaixadora a então primeira-dama Marcela Temer, une o protagonismo do primeiro-damismo com o deslocamento da responsabilidade do que seria direito (Educação Infantil) ao mercado, Terceiro Setor e às próprias famílias.

Em síntese, tanto os objetivos do programa como os discursos em sua defesa se fundamentam ainda na antiga ideia de que a salvação do país reside na salvação das crianças. Contudo, como já discutimos anteriormente, quais crianças precisam ser salvas? Quais crianças no início do século precisavam

ser salvas da contaminação viciosa da pobreza? Quais crianças, na contemporaneidade, precisam ser corretamente estimuladas? O que se observa é que continuamos seguindo a lógica higienista do início do século<sup>38</sup>. (Campos, 2020, p. 10)

Assim, o desgoverno Temer seguiu em sua agenda regressiva, com a diminuição dos recursos dos programas sociais, até então grandes propagandas dos governos petistas, como o Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular e Ciências sem Fronteiras; promovendo a abertura do pré-sal ao capital estrangeiro; Reforma do Ensino Médio, com o reforço do movimento Escola Sem Partido; desmonte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e fortalecimento do setor ruralista, além de alteração nos procedimentos para dificultar demarcação de terras indígenas; terceirização irrestrita do trabalho e reforma trabalhista; dentre outras tantas. (CARTACAPITAL, 2017, n/p).

Ao final desse trágico período para as políticas sociais, enquanto o empresariado respirava aliviado, o povo brasileiro teria mais motivos para temer. Com o antipetismo e a antipolítica em alta, frutos dos processos do Mensalão, Petrolão e Lava-Jato<sup>39</sup>, é eleito Jair Messias Bolsonaro, representando “a entrada dos militares no centro do poder político via voto popular” (Almeida, 2019, p. 193), “em 28 de outubro de 2018, com cerca de 55% dos votos válidos (excluídos nulos, brancos e abstenções)” (Mattos, 2022, p. 25).

Mesmo antes, enquanto deputado, essa figura protagonizou diversos episódios e falar de misoginia, racismo e ódio à militantes da esquerda e movimentos sociais, além de propagandear pautas conservadoras relacionadas aos costumes, próximas das igrejas neopentecostais. Assim, Bolsonaro nunca escondeu sua visão de mundo e projeto de sociedade, principalmente no que diz respeito à ciência, se cercando de ideias negacionistas cuja representação pode ser expressa pelo personagem Olavo de Carvalho<sup>40</sup>; e à educação pública, disseminando termos como “doutrinação comunista” e “ideologia de gênero”.

A chegada de Bolsonaro ao poder é um marco tendo em vista que representa a ascensão do neofascismo à política institucional, entendendo que, conforme aponta Mattos (2022, p. 31),

<sup>38</sup> O século a que se refere a citação é o XX.

<sup>39</sup> Nomes referentes aos escândalos de corrupção envolvendo os governos petistas. Para aprofundar nesse tema, recomendamos a leitura do livro *Crônica de uma Tragédia Anunciada: Como a Extrema-Direita Chegou ao Poder*, por Wilson Gomes e *Vaza Jato: os Bastidores das Reportagens que Sacudiram o Brasil*, por Letícia Duarte e *The Intercept Brasil*.

<sup>40</sup> Foi um influenciador digital que ficou conhecido como guru de Bolsonaro. Autointitulado filósofo, não teve carreira acadêmica formal, porém escreveu livros e ministrava cursos baseados em pseudociência e teorias da conspiração. Considerado um dos responsáveis pelo surgimento da Nova Direita brasileira, Olavo de Carvalho disseminou discursos de minimização à pandemia de covid-19 e estímulo a uso de medicamentos sem comprovação científica de eficácia, falecendo em 24/01/2022 dessa mesma doença.

O prefixo «neo» serve apenas para acentuar que não se trata de uma simples repetição mecânica do fascismo histórico [...] estamos diante de uma extrema-direita que não se apresenta apenas na arena parlamentar/institucional, mas assenta-se em mobilizações de massas, com base social variada, mas tendo por núcleo estruturador a pequena burguesia e as frações assalariadas médias e superiores. [...] o neofascismo não possui um corpus ideológico original e homogêneo, mas apresenta um discurso que costura formas ideológicas conservadoras variadas. No contexto atual, esse amálgama envolve dimensões requentadas de um nacionalismo xenófobo, reciclagens do anticomunismo, além de fortes componentes racistas, misóginos e lgbtfóbicos (na versão do combate à «ideologia de gênero»), combinando-se com o fundamentalismo de novas «teologias» profundamente reacionárias e reivindicando as soluções violentas para todas as novas manifestações da velha «questão social».

Desde os primeiros dias de governo, o então presidente, com sua caneta Bic, reajustou o salário mínimo abaixo da estimativa orçamentária; diminuiu ministérios, sendo um exemplo importante a ser destacado, a transformação do Ministério dos Direitos Humanos em Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, seguindo a perspectiva de responsabilização da mulher pela manutenção familiar, além de retirar de sua carta de diretrizes enquanto grupo coberto, a população LGBTQIA+; a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); a instituição de escolas cívico-militares; passou a demarcação de terras indígenas e quilombolas ao Ministério da Agricultura, comandado por ruralistas. (POLITIZE!, 2019) (VEJA, 2019). Além disso, já no primeiro ano de Governo, foi aprovada a reforma da Previdência Social, que instituiu aumento na idade mínima para aposentar e do tempo de contribuição, bem como diminuição do valor do benefício devido a mudança na base de cálculo<sup>41</sup>.

Ademais essas medidas mais diretas e ideológicas do primeiro ano de desGoverno, o que se observa nos anos seguintes é um desmonte sistemático e generalizado das políticas e direitos sociais, que seria intensificada principalmente em 2020, com a eclosão da pandemia de Covid-19 e seu ápice em 2021.

Há intenção deliberada de deturpar a máquina pública para justificar processos de privatização, ou de apropriação privada de bens e serviços públicos, e reformas que resultem em menor intervenção do Estado. São inúmeros os exemplos: o fechamento de diversos espaços de interlocução entre governo e sociedade, o aumento da opacidade das informações públicas, o adiamento do Censo Demográfico, o Programa Nacional de Imunização – PNI, que em plena pandemia ficou meses sem direção; os atrasos na vacinação contra o novo coronavírus evidenciados durante a CPI

---

<sup>41</sup> Antes da reforma, o benefício era calculado tendo como base a média de 80% dos maiores valores de contribuição e excluindo os 20% das contribuições de menor valor. Com a reforma, passa a considerar 100% das contribuições, ou seja, sem excluir os valores menores. (PROJURIS, 2022)

da Covid; a gestão errática do Auxílio Emergencial, a extinção do Bolsa Família e a criação do Auxílio Brasil envoltos em incertezas; as confusões em torno do Enem; o desmonte do Ministério das Cidades; o enxugamento da Petrobras e do BNDES; o enfraquecimento dos órgãos ambientais de fiscalização; as tentativas de venda da Eletrobrás e dos Correios; e o grande acordo feito entre o Executivo e o Legislativo para destinar bilhões de reais à base aliada do governo por meio do Orçamento Secreto. (INESC, 2021, p. 14-15)

A pandemia chega ao Brasil encontrando terreno fértil nas latentes desigualdades, com um grande contingente de pessoas, principalmente negras e mulheres, alocadas no desemprego, na informalidade e terceirização que reflete na não cobertura dos direitos trabalhistas e previdenciários,

A condição do trabalho no Brasil determina o acesso a duas das principais políticas sociais que compõem a seguridade social e são as únicas que garantem acesso a benefícios monetários mensais: a Previdência Social, vinculada ao trabalho formalizado ou a uma contribuição direta feita mensalmente pelos(as) trabalhadores; e a assistência social, canalizada para pessoas pobres sem condições de trabalhar por idade ou incapacidade por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) [...] Isso significa dizer que, em 2019, as 38,7 milhões de pessoas ocupadas (que não são consideradas desempregadas pelo IBGE) que não contribuíram para a Previdência Social dificilmente terão possibilidade de acessar os direitos trabalhistas e previdenciários. Se forem consideradas pobres, miseráveis ou incapazes pelos critérios assistenciais, poderão solicitar um de seus benefícios monetários. Se não forem “incluídos” pelos severos critérios assistenciais, serão obrigados a se disponibilizar “livres como pássaros” (Marx, [1867] 2013) para “negociar” no mercado as formas mais bárbaras de exploração, sem nenhum tipo de proteção social mediada pelo Estado. (Boschetti; Behring, 2021, p. 75)

Assim, grande parte da população precisou continuar se expondo ao vírus para não se expor à fome, uma vez que as respostas do Governo foram ineficientes e, na contramão das indicações técnicas e científicas, defendiam a retomada de uma “normalidade” inexistente. Com o balanço orçamentário do triênio 2019-2021 realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021), observamos que o aumento das mortes pelo Sars-Cov-2, da pobreza, fome e emprego informal está diretamente ligado ao desinvestimento no enfrentamento ao Coronavírus e a descontinuação das poucas medidas adotadas, além de ações que já estavam em curso anteriormente.

Nesse ínterim, a primeira e principal medida de enfrentamento se deu pelo pagamento do Auxílio Emergencial, benefício eventual prestado às pessoas cadastradas no Cadastro Único que recebiam PBF (de forma automática), às pessoas cadastradas que não recebiam PBF, porém se encaixavam nos critérios (após avaliação, sem necessidade de requerimento) e

às pessoas que não possuíam cadastro, via requerimento feito de forma online, em agências ou CRAS, que se encaixassem nos critérios definidos, sendo basicamente trabalhadores autônomos que, devido as recentes legislações, passam a ser chamados microempreendedores individuais e contribuintes individuais da previdência social. Fato importante a destacar é que esse último público, que não tinha CadÚnico, representou quase metade (49,7% ou 29,3 milhões) das primeiras beneficiárias do Auxílio Emergencial (CAIXA, 2020), ou seja, pessoas que até aquele momento não acessavam os programas e benefícios sociais, explicitando a invisibilidade da mão do mercado pelo forte impacto da pandemia que intensificou a piora nas condições de vida e ampliou o contingente a procura de proteção social.

A aposta foi na minimização da pandemia por meio de discursos negacionistas e conspiratórios, com ampla disseminação pelas redes sociais e aplicativos de mensagens e na desresponsabilização estatal, pelo incentivo a solidariedade pela aliança de voluntariado, organizações da sociedade civil e setor privado, como observamos na ampliação do programa Pátria Voluntária<sup>42</sup>. Assim, enquanto as parcelas do Auxílio Emergencial iam diminuindo em valor e cobertura, o Governo Federal se agarrava ao discurso anti-lockdown, anti-ciência, anti-vacina, anti-vida e não avançava na negociação para a compra de imunizantes, que a essa altura já estavam disponíveis conforme apontado pelo já referido balanço da INESC (2022, p. 29),

Em abril de 2021 foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado para realizar uma investigação sobre a pandemia. Seu relatório final, entregue no mês de outubro, mostrou o atraso na aquisição de vacinas contra o novo Coronavírus e a demora na resposta do governo brasileiro à Pfizer e ao Instituto Butantan, que em 2020 ofereceram doses de imunizantes ao Programa Nacional de Imunização (PNI). A Comissão identificou, por exemplo, que o processo de compra de vacinas pelo governo federal, viabilizado pelo “orçamento de guerra”, foi iniciado tardiamente a preços mais elevados e com procedimentos legais questionáveis.

Apesar do supracitado, importa destacar que até o momento ninguém foi responsabilizado civil ou criminalmente. Assim, comércios foram reabertos, multidões aglomeradas para provar legitimidade, escolas retomaram as atividades e o Governo assumindo, conscientemente, a política da morte que vitimou mais de 700 mil pessoas<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Criado em 2019, foi ampliado em 2020 para enfrentamento do Covid-19, com o objetivo de “fomentar a prática do voluntariado como um ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo, entre o governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado, além de incentivar o engajamento social.” (GOV.BR, 2021, n/p)

<sup>43</sup> Número obtido no site COVID.SAUDE.GOV em 25/07/2023.

A morte, por sinal, tem sido parte integral da chamada proteção social contemporânea. E não apenas como resultado da ausência ou do sucateamento de políticas públicas de qualidade que previnam a fome, o desabrigo, a doença, o desemprego, mas, também, como resultado previsto (declaradamente intencional ou não) de ações políticas cruéis. O retorno às aulas em um país que conta centenas de mortos por dia, todos os dias, há meses, é uma dessas ações que levam à morte. (Pereira; Pereira-Pereira, 2021, p. 45)

Essa política (da morte) também tem público-alvo definido, pois historicamente “vida de pobre foi cobaia pra salvar a economia / Tem sangue no Excel que enriquece a burguesia” (ADL; MC Cabelinho; Kmila CDD; Orochi; Cesar MC; Edi Rock, 2020, 11:23). Observamos que enquanto a população branca teve o maior percentual de hospitalização durante a pandemia, a negra teve maior incidência de morte, 61% das pessoas que morreram pela infecção foram identificadas como pardas e pretas, número acima da população brasileira, que é de 54,8% (Araújo; Caldwell; Santos; Souza, *et al.*, 2020). Infelizmente, as consequências dessa política não se limitam ao vírus e não se findarão com trocas de governos, Pereira e Pereira-Pereira (2021, p. 46) observam que,

No Brasil, o estudo Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? conduzido pela economista Ana Amélia Camarano (2020), constatou que mais de 4 milhões de adultos e mais de 1 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos de idade podem ficar sem nenhuma renda com a morte de seus pais e avós, únicos responsáveis pelo sustento da família inteira, seja pela aposentadoria, seja pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo o IBGE, quase 20% dos domicílios brasileiros têm, como única fonte de renda os ganhos dos mais velhos.

Ademais as questões diretamente vinculadas à crise sanitária, observamos o aumento dos casos de violência doméstica e contra a criança em um momento onde as políticas de prevenção e canais de denúncia já estavam defasados pela não prioridade orçamentária, com os serviços fechados e as polícias cada vez mais politizadas pela onda reacionária.

O enfrentamento dessa questão demanda aumento de investimentos e ações intersetoriais, articuladas e contínuas, que não foi o que ocorreu durante o Governo Bolsonaro. A saúde termina sobrecarregada pelas síndromes respiratórias do pós-Covid, além das demandas reprimidas desde 2020 e a ameaça de retorno de doenças, como a poliomielite, que já haviam sido erradicadas pela ampla vacinação. Na assistência social, o fim do PBF substituído pelo Auxílio Brasil, cheio de incertezas, com baixa articulação entre políticas, sem participação social, cujo objetivo era desvincular o principal programa de transferência de

renda do governo petista, expressar uma continuidade do Auxílio Emergencial (não raro chamado Auxílio do Bolsonaro) e reforçar a perspectiva dominante quanto a assistência.

As mudanças pretendidas pelo Auxílio Brasil não estão circunscritas às políticas de bem-estar social ou aos projetos de redução das desigualdades sociais, mas dizem respeito a concepções mais amplas sobre a dinâmica dos processos sociais [...] O uso de símbolos nacionalistas, como a bandeira brasileira e a referência permanente à ideia de pátria, expressam uma tendência à homogeneização e naturalização do processo de compartilhamento de significados, o que pode obscurecer a multiplicidade constitutiva da sociedade. Ao mesmo tempo, a valorização da noção de auxílio, como algo mais fluido, transitório e distanciado da linguagem dos direitos sociais de cidadania. (Costa; Magalhães; Cardoso, 2023, p. 9)

Na educação, além do descrédito devido às constantes perseguições ideológicas, com o reforço dos discursos anticiência e de denúncias esquizofrênicas de doutrinação marxista/comunista, os progressivos cortes desde a educação básica ao ensino superior, se somaram à emergência pandêmica e o incentivo ao ensino remoto, à distância, refletem em precariedades na aprendizagem e exclusão devido à falta de suporte tecnológico e digital a estudantes com pouco ou nenhum acesso. Vale dizer que muitas dessas adesões à Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não se findaram com o “fim” da pandemia.

Destacamos que o desmonte acelerado das políticas sociais se tornou viável, conforme aponta o INESC (2021, p. 15), “porque as forças defensoras de interesses privatistas, como o agronegócio, as mineradoras, as empresas de logística e as das áreas de saúde e educação, entre tantas outras, encontraram fortes aliados tanto no Legislativo quanto no Executivo”. Principalmente em 2018, esses setores se embrenharam na política institucional dividindo espaço com personagens reacionários bolsonaristas, o que se expressou ainda mais fortemente nas eleições de 2022 para o Congresso e Senado.

Os impactos para a população negra, sendo os que mais morreram, os mais presentes dentre os trabalhadores informais, precarizados e uberizados<sup>44</sup>, bem como a maioria de usuários das políticas sociais, são imensuráveis. Do outro lado (ou melhor, lado a lado) estamos nós, assistentes sociais, vivenciando o cotidiano das políticas, sendo linha de frente do controle à barbárie e, muitas vezes, assumindo diretamente as insatisfações, medos e insuficiências dos serviços. É sabido que as condições de trabalho, que já vinham assumindo diferenciais devido ao avanço neoliberal,

---

<sup>44</sup> Com o termo nos referimos a definição utilizada por Ricardo Antunes (2019) dos trabalhadores vinculados a empregos sem garantias, vinculados a plataformas digitais e empresas distantes vinculadas aos capitais informáticos e financeirizados, com uma falsa sensação de liberdade, representando “uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento” (Antunes, 2019, p. 29)

[...] a contrarreforma do Estado brasileiro pós-constituente, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, bem como a tendência de mercantilização das políticas sociais têm interferido diretamente no trabalho desse profissional e em suas condições de trabalho, ocasionando o fechamento de alguns campos de atuação, privando profissionais de direitos trabalhistas, sobrecarregando as/os trabalhadoras e estabelecendo uma competição acirrada entre eles. (Lanza; Faquin; Santos; Campanuci; Silva, 2021, p. 125-126)

Todavia, a prática recebe contornos ainda mais preocupantes durante a pandemia, tendo em vista que parte das profissionais foram afastadas devido a suas condições particulares (sobrecarregando as que ficaram por não refletir em novas contratações), parte teve que se adaptar ao teletrabalho, que por vezes se assemelhava mais a um telemarketing de cesta básica, conforme relatos, e outra parte precisou continuar em campo a todo tempo por estar alocada em serviços essenciais, em alguns casos sem garantia de equipamentos de proteção individual (EPIs) próprios ou suficientes.

Componentes que expandiram seu espaço no cotidiano profissional durante a crise sanitária foram as TICs. Apesar de seu uso na administração pública datar de décadas atrás, “inicialmente, na Previdência Social (DATAPREV), no Sistema Único de Saúde (DATASUS) e, posteriormente, na Assistência Social (Cadastro Único, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - SIGPBF, dentre outros)” (Valentim; Paz, 2022, p. 116), com a necessidade de isolamento social, tem-se a justificativa perfeita para sua ampliação com o interesse escuso de intensificar a exploração do trabalho, com o controle do tempo e número de atendimentos para aumentar a produtividade sem garantir aumento de profissionais (Santos, 2019 apud Valentim; Paz, 2022).

Além das dificuldades postas aos próprios profissionais no contexto de uso das TICs, como necessidade de computador pessoal e equipamentos eficientes e o lugar do sigilo nos atendimentos, há de se considerar as limitações ao público atendido, tendo em vista as “intervenções com crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, grupos que podem apresentar certa dependência em relação aos familiares” (Valentim; Paz, 2022, p. 120). Na Previdência Social, essa metodologia já é quase que exclusiva, substituindo os atendimentos presenciais nas agências e inclusive fechando as portas de muitas delas, fazendo com que assistentes sociais tenham que somar aos seus atendimentos em outros serviços, orientações sobre o uso dos aplicativos e ligações para agendamentos, dentre outros.

Vale destacar que muito antes da pandemia, as TICs já estavam presentes de forma significativa no cotidiano do Serviço Social, uma vez que quase todas as intervenções requisitam informações localizadas nos sistemas da instituição. Da mesma forma, não é novidade que o trabalho dos assistentes sociais na Previdência Social vem, há algum tempo, sofrendo sérios ataques potencializados a partir da introdução das TICs nos processos de trabalho. Contudo, o contexto da pandemia amplia os desafios para a categoria profissional, demandando investimentos na sua capacidade de resistência e organização frente aos avanços da precarização. (Valentim; Paz, 2022, p. 120)

Pensar em possibilidades e resistências em um cenário de acirramento da luta de classes, regressão de direitos e intensificação da precarização da vida é uma tarefa que exige criatividade e responsabilidade. Fato é que nesses 4 anos de Governo Bolsonaro, muito mais do que o vírus, a fome, o preconceito e o desemprego se disseminaram a níveis escandalosos. Muito longe de depositar na política institucional um potencial revolucionário, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em outubro de 2022, acreditamos ter algum fôlego para avançar na reestruturação das políticas e do trabalho.

Nesses primeiros meses do terceiro Governo Lula, já notamos medidas de valorização da educação e ciência, reconhecimento das diversidades e de impacto para os trabalhadores e as trabalhadoras. Há exemplo, temos o aumento das bolsas de graduação, pós-graduação e iniciação científica; aumento da faixa de isenção Imposto de Renda (IR), desonerando uma parcela trabalhadora com menores rendimentos; recriação do Minha Casa, Minha Vida e retorno do PBF no valor de 600 reais; retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), priorizando mulheres, negros e indígenas; o retorno do Consea; revogação de diversas portarias da gestão anterior, inclusive relacionadas a ampliação do armamento civil; anúncio da retomada do programa Mais Médicos; dentre outras.

Observamos que até o momento, para as políticas sociais, não houvera grandes novidades, mas o retorno a bases que foram destruídas nos últimos anos, o que explicita o retrocesso. A defesa de políticas sociais inclusivas, equalitárias, universais, com programas eficientes, serviços que contem com estrutura física e recursos humanos suficientes e capacitados, é fundamental no caminho da justiça social e no enfrentamento das desigualdades. Nós, enquanto trabalhadoras dessas políticas, seja na esfera pública, privada ou do terceiro setor, devemos denunciar, teorizar e cobrar por melhores condições de trabalho, mas também de qualidade e acesso do serviço prestado às usuárias, que por vezes, também somos nós.

Reforçando os limites da política institucional, partidária e da democracia burguesa, frente à “Esquerda de lá, direita de cá / E o povo segue firme tomando no centro / Onde a

tristeza do abuso é pra maioria / E o prazer de gozar sobra pra 1%” (ADL; Choice; Djonga; Menor do Chapa; Negra Li, 2018, 1:53), urge que nós, enquanto assistentes sociais, resgatemos nosso potencial de mobilização social, nos unindo à luta dos diversos movimentos sociais alinhados ao nosso projeto ético-político. Enquanto profissionais, oferecendo suporte técnico e teórico-metodológico, além de assimilando as estratégias de resistência historicamente produzidas e utilizadas nesses espaços e que, sem elas, não teríamos avançado tanto na redemocratização. É fora das paredes institucionais em que se encontra a possibilidade de transformação da sociedade e superação das opressões e desigualdades, conforme o objetivo-fim do nosso projeto societário-profissional.

E aqui findamos a análise da conjuntura brasileira, entendendo que falar da história presente é lidar cotidianamente com plot twists cujos impactos podem se dar depois de corrido tempo, sendo impossível uma conclusão.

## CONCLUSÃO

O desenrolar da revisão bibliográfica, musical e de vivências nos permite algumas conclusões que aqui serão pontuadas à guisa de síntese. O Brasil é um país forjado na exploração e expropriação de recursos materiais e humanos; o falso descobrimento e forçada colonização nos provocou marcas que não foram superadas nesses 133 anos de República. As desigualdades que assolam a sociedade se cravam principalmente sobre critérios de etnia-raça, gênero e sexualidade que se imprimem nas relações em todos os âmbitos sociais e funcionam como marcos de desprestígio no processo de competição promovido pelo sistema sócio-metabólico que nos gere.

Para instituir aqui os padrões civilizatórios de Portugal, o Estado se uniu com a Igreja Católica no estabelecimento dos papéis sociais dos sujeitos, que se diferenciariam de acordo com a casta, ou lugar que os mesmos ocupavam na sociedade. Assim, a mulher no Brasil Colônia, carregando o pecado de Eva, é vista como “voluptuosa e perversa”, havendo a necessidade de criar um modelo de mulher para constituir família e irradiar a fé e moral cristãs, incentivando o matrimônio como uma forma de domesticação.

Sob definições de raça/etnia, a mulher branca carregaria a possibilidade de redenção por meio da submissão ao pai, inicialmente, e depois ao marido e devoção aos filhos, performando a docilidade e a castidade de Virgem Maria. As mulheres negras (e indígenas em menor grau, devido ao genocídio), por outro lado, tiveram uma experiência histórica diferenciada, pois dessas não se esperava fragilidade, sendo submetidas à alta carga de trabalho e ao tratamento desumano em condições de igualdade com os homens mesmos.

Com a passagem do trabalho escravo para o assalariado no Brasil, não se constituem políticas públicas que preparassem a grande massa de agora trabalhadores livres para essa nova realidade, simplesmente isentando os escravistas de seus compromissos com a manutenção desse grupo. Ao contrário disso, incentivou-se a vinda de imigrantes europeus que intensificaram a competição pelos postos de trabalho com os trabalhadores nacionais, empurrando a população negra, para as margens da sociedade, inclusive geograficamente, empregando ao problema do negro as soluções do branqueamento e higienização.

Assim, foram as mulheres negras que somaram melhores condições de adaptação ao trabalho “livre”, na medida em que seguiram vendendo sua força de trabalho no âmbito doméstico, nas casas e fazendas das parcelas abastadas, sendo “quase da família”. Com isso, além da herança da impossibilidade de constituir família imposta pelo sistema escravocrata-senhorial, observaram seus companheiros e possíveis companheiros negros

presos a relações de trabalho pré-capitalistas que não garantiam estabilidade, mortos em guerras ou pela repressão policial. Esse contexto, somado ao essencialismo que diz sobre a obrigação natural da mulher frente ao cuidado dos filhos, permitindo que os homens tenham mais facilidade na quebra de vínculos, gera impactos nas configurações familiares até os dias atuais.

Nesse sentido, são as mulheres negras que se encontram nos lugares mais distantes da linha de chegada dessa corrida desproporcional. Sobrepostas pelas opressões específicas de gênero e de etnia-raça, permaneceram desde o pós-abolição até os dias atuais ocupando postos de trabalho precários no sistema capitalista, enquanto modernização das mucamas e de eito, para garantir o sustento de seus filhos. Na mesma medida, fizeram família com sujeitos e sujeitas outras das definidas pelo modelo nuclear monogâmico, construindo redes de solidariedade e comunidade ancestral, conduzidas pela ginga de Dandara<sup>45</sup>. São essas mulheres que buscam acesso às políticas sociais e são majoritariamente atendidas por elas, logo, atendidas pelas assistentes sociais.

Apesar de considerarmos as diversas conquistas feministas referentes aos direitos políticos e reprodutivos, além da inserção da mulher no mercado de trabalho e as transformações que se operam socialmente nesse sentido, pesquisas apontam que a constituição de famílias monoparentais femininas não se trata de uma opção política e consciente dentre as camadas populares. Na verdade, se localizam no campo da falta de opção, estando atravessadas por questões como divórcios que isentaram os homens do papel de pai, abandono e gravidez precoce.

Além disso, apesar de isentas das subjugações impostas pelo masculino na concepção patriarcal de família, as mulheres-mães encaram todos os dias as consequências de o serem nas diversas relações sociais estabelecidas. Dessa forma, a mulher chefe de família muitas vezes acaba precisando desenvolver mais de uma atividade laborativa devido à baixa remuneração, com longas jornadas de trabalho, o que pode fragilizar os vínculos familiares e quando consegue se inserir no mercado de trabalho formal, ainda encontra salários baixos, baixa mobilidade social, necessidade de complementação da renda e/ou de benefícios sociais.

O surgimento das políticas sociais nunca se tratou de justiça social, mas sim de concessões do Estado provocado pela pressão da sociedade por melhores condições de vida, com o objetivo de seguir o plano de desenvolvimento do sistema capitalista. Em suas protoformas, com ações principalmente filantrópicas e religiosas, reforça o fato de que o

---

<sup>45</sup> Nos referimos a Dandara dos Palmares, que mais do que companheira de Zumbi, foi líder, empunhou armas e dominava técnicas de capoeira.

Brasil faz caridade, mas não quer ver preto e pobre como igual. Assim, ao passo que o Estado começa a assumir ações e serviços assistenciais, se faz necessária a criação de uma categoria profissional que dominasse tecnicamente essa dimensão, surgindo as primeiras escolas de Serviço Social.

A profissão já surge enquanto feminina, de modo que o movimento da sociedade pautado no essencialismo de gênero, designa às mulheres a função de cuidar e educar, nos responsabilizando pela reprodução social. De início, observamos uma prática ainda muito vinculada aos dogmas da Igreja Católica, com mulheres brancas das classes médias e altas exercendo uma função de doutrinação moral para a manutenção da harmonia social. É com o Movimento de Reconceituação, em um momento de maior organização dos movimentos de luta contra a ditadura e vinculação da formação profissional com o âmbito universitário, acadêmico e teórico das ciências sociais.

Com todo o exposto, nos serve resumir que o Serviço Social surge com um objetivo econômico e político expressos pela aliança entre Estado, Igreja e burguesia. Com a base sólida da Ação Católica, o Estado amplia a inserção desses profissionais no mercado ao passo que amplia as políticas sociais. Permeado por lutas e concessões, o Serviço Social cria e soma condições para pensar seu significado social e negar a identidade atribuída, se empenhando em construir uma nova.

Essa nova identidade profissional busca entender a contradição ao mesmo tempo em que se coloca ao lado e sendo classe trabalhadora, definindo princípios democráticos e estabelecendo como direção a criação de uma nova sociedade, livre de opressões e exploração. Aqui, reforçamos a importância da participação e protagonismo das diversidades no ensino superior, na categoria, na feitura e execução das políticas sociais, para uma prática legítima e que aproxime assistentes sociais e pessoas usuárias dos serviços pelo ponto de partida.

Quanto às assistentes sociais, essas são cada vez mais diversas e o sendo tem a oportunidade de trazer para a academia e atuação a diversidade de suas vivências e subjetividades. Todavia, a maioria da pertença étnico-racial delas, por autodeclaração, segundo os critérios definidos pelo IBGE, ainda são brancas e se reconhecem como pertencentes às religiões católica e evangélica, sendo necessário avaliar em que medida esses marcadores sociais se expressam na prática profissional. Assim, ainda são muitas as barreiras para se concretizar a intenção de ruptura com o passado conservador da categoria, pois há de se reconhecer, para além do supracitado, que essa ainda se encontra principalmente empregada pelo Estado, em uma estrutura que por si só é opressora.

Nesse contexto, entendemos ser importante cada vez mais coletivizarmos essa pauta dentro da profissão, para que as profissionais não se sintam solitárias no enfrentamento aos racismos e machismos institucionais nos espaços que ocupam e para que reafirmemos, dentro e fora da profissão, o nosso caráter laico e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação da democracia e a liberdade como princípio ético central, reconhecendo as particularidades que constituem o nosso público e prezando pelo que nos une. Defendemos que há beleza na diversidade ideológica, desde que essa não configure retroceder nas lutas já travadas, na defesa dos direitos e da vida, não apenas do feto. O projeto é movimento que dança com o processo histórico, é campo de disputa e, acima de tudo, diálogo.

Com a chegada da pandemia pelo novo Coronavírus no Brasil, vimos tornar ainda mais latentes as desigualdades sociais e fragilidades das políticas, há anos solapadas pelos interesses da elite. Os impactos para a população negra, sendo os que mais morreram, os mais presentes dentre os trabalhadores informais, precarizados e uberizados, bem como a maioria de usuários das políticas sociais, são imensuráveis. Do outro lado (ou melhor, lado a lado) estamos nós, assistentes sociais, vivenciando o cotidiano das políticas, sendo linha de frente do controle à barbárie e, muitas vezes, assumindo diretamente as insatisfações, medos e insuficiências dos serviços.

Ademais, vimos no avançar do neofascismo representado pela chegada da extrema direita ao poder por vias democráticas, o esticar das cordas nos pescoços dos grupos sociais minoritários. Vimos nossa capacidade de lutar e reagir desgastada pelo sufocamento dos direitos já conquistados e pela ausência de garantias do básico. Vimos a vida de milhares de pessoas ser sacrificada em nome da economia e da ignorância, por um presidente que se orgulha de dizer ter sido, talvez, o único chefe de Estado a não seguir as recomendações da OMS. A nível mundial, assistimos a intensificação da capitalização das relações e da vida, a precarização do trabalho vendida para nós enquanto modernidade por assumir contornos tecnológicos, o adoecimento planetário devido a um sistema insustentável e corrosivo.

Todo esse contexto influi em uma sobrecarga das políticas sociais, tendo em vista que, ao contrário do discurso dos crentes da mão invisível, cada vez mais pessoas estão demandando suporte estatal. Observamos o crescimento da massa de pessoas desempregadas propositalmente formada e das trabalhadoras informais - agora com o nome MEI - sem regulação de jornada de trabalho, férias ou direito de adoecer, somando-se ao público já historicamente constituído dessas políticas. Com isso, se faz necessário avançar na defesa da ampliação e universalização das políticas sociais, reforçando a responsabilidade do Estado

pela garantia de condições dignas de vida para a população, o que abrange educação, saúde, moradia, alimentação, cultura, dentre outros.

Fato é que embora observemos transformações, - de um lado na diversificação das assistentes sociais, de outro na ampliação do público que busca as políticas sociais - há prevalências históricas quanto ao perfil majoritário e a representação esperada referente ao papel social. Somos ainda majoritariamente mulheres de ambos os lados e esperam ainda, social e institucionalmente, que sejamos os reflexos da Virgem Maria, no trato e adaptação das filhas de Eva. E em que medida não temos sido? Longe de superar os fantasmas do passado, da relação com a compaixão e caridade católicas, hoje vemos o espaço se abrir para as religiões neopentecostais que, em maioria, ajudaram a eleger e seguem comungando com o presidente anterior. Internamente, a defesa do aclamado Projeto Ético-Político e sua materialização para além dos espaços acadêmicos e das entidades, nos postos diversos de trabalho e suas representações, urge para que expurguemos da categoria práticas que se assemelham ao higienismo do princípio e nos aproximemos de quem somos hoje (e/ou seremos em breve), mulheres, classe trabalhadora, usuárias ou egressas das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

- 12 Processos em 12 meses de Temer. CartaCapital, 2017.  
Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer/>. Acesso em: 04 out. 2023.
- ALMEIDA, R. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos Estudos: CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan. 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.
- ALMEIDA, S. Raça e racismo. In: \_\_. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. p. 2-12. Feminismos Plurais / Coordenado por Djamilia Ribeiro. Disponível em:  
[https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf). Acesso em: 04 out. 2023.
- ALVES, C. E. R. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher? In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.**, 2017, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: X, 2017. p. 1-3. Disponível em:  
[https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872\\_ARQUIVO\\_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf](https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf). Acesso em: 07 out. 2023.
- ALVES, A.; LEMOS, C.; CASTRO, F.; REIS, G.; CDD, K.; SOUSA, R.; NASCIMENTO, V. Favela vive 4. In.: ADL, MC Cabelinho, Kmila CDD, Orochi, Cesar MC, Edi Rock. **Single**. Warner Chapell Music, 2020.  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SZ1H5II0IuU>. Acesso em: 04 out. 2023.
- ALVES, A. P.; PEREIRA, P. P. S. Nego Drama. In. RACIONAIS MC'S. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=dGjcBzD7z9Q>>. Acesso em: 04/05/2022.
- ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro: 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, jul. 2008. Disponível em:  
<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>. Acesso em: 04 out. 2023.
- ARAÚJO, E. M.; CALDWELL, K. L.; SANTOS, M. P. A.; SOUZA, I. M.; *et al.* Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 191-205, dez. 2020.  
Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NtPTmkFcTgxwZ5mGfYgNJFx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.
- BARTHOLLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td\\_2331.PDF](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF). Acesso em: 04 out. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2018. 216 p.

BERTOLOZZI, M. R.; GRECO, R. M. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 380-398, dez. 1996. FapUNIFESP (SciELO).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cadastro Único**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 17 out. 2022.

CAMPOS, Rosânia. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 15, p. 1-22, 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15445.087>.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bxKszgD4DmnWc8HmFWw3Ssj/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023

CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Cap. 1.

CARVALHO, G. F. *A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito*. 2008. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Direito, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2008. Cap. 2. Disponível em: <https://maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>. Acesso em: 17 out. 2022.

CARVALHO, L.; RAMALHO, J.; REIS, G.; SOUSA, R.; MARQUES, J.; SANTOS, T.; SOUZA, T.; PEREIRA, G. Favela vive 3. In.: ADL, Choice, Djonga, Menor do Chapa, Negra Li. *Single*. Universal Music, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=avbOUVHr0QI> Acesso em: 04 out. 2023.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no brasil. In. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 14, p. 319-351, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-64872013000200015>.

CHAGAS, Inara. MORAES, Isabela. **Ministérios do Governo Bolsonaro: saiba o que mudou! Politize!** 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ministerios-do-governo-federal->



OLIVEIRA, J.; OLIVEIRA, L.; DJ DUH; GOMES, R. Mãe. In: Emicida. **10 anos de Triunfo (Ao vivo)**. Emi April Music, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lt1IIqV0dbg>. Acesso em: 04 out. 2023.

OLIVEIRA, Leandro. Oorra. In: Emicida. **10 anos de Triunfo (Ao vivo)**. Sony Music, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=p9JHGj\\_AhVE](https://www.youtube.com/watch?v=p9JHGj_AhVE). Acesso em: 07 out. 2023.

FACHINI, Thiago. **Reforma da previdência: o que é e principais aspectos**. 2022. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 04 out. 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política do Estado Capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. Tradução de Renato da Silveira. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz\\_Fanon\\_Pele\\_negra\\_mascaras\\_brancas.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf). Acesso em: 04 out. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro brasileiro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. Volume 1. São Paulo: Globo S.A., 2008.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FONSECA, D. J.; SANTOS, S. S.; SILVA, A. C. F. Assistência Social e COVID-19: novo contexto, velhas tendências. In: **SEMINÁRIO NACIONAL: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, IV**. 2022, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242219/1183.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

Formulário principal do Cadastro Único. Brasília: MDS, 2023. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Formul%C3%A1rio%20Principal%20CadUnico%20V7.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Legitimidade e crise do Serviço Social: um estudo de interpretação sociológica da profissão*. 1982. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1982. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11145/tde-20220208-015830/publico/IamamotoMarildaVillela.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 400 p.

IANNI, Octávio. **A questão social**. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 17, n. 2, p. 189-202, dez. 1989. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/436/322>. Acesso em: 04 out. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (org.). **A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da união 2021**. Brasília: Inesc, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (org.). **A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da união 2021**. Brasília: Inesc, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (org.). **Depois do desmonte: balanço do orçamento geral da união 2022**. Brasília: Inesc, 2022. Disponível em: [https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois\\_do\\_desmonte-BOGU\\_2022.pdf](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf). Acesso em: 04 out. 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (org.). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acesso em: 04 out. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. Disponível em: <http://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

LELLIS, Leonardo. **Todas as medidas tomadas pelo Governo Bolsonaro até agora**. VEJA, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/todas-as-medidas-tomadas-pelo-governo-bolsonaro-ate-agora>. Acesso em: 04 out. 2023.

BIANCONNI, Giuliana. **Maioria entre informais, mulheres têm lugar central na inédita renda emergencial**. *Gênero e Número*, 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-renda-emergencial/>. Acesso em: 07 out. 2023.

Mariana Mazzini Marcondes (org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%C3%AA\\_mulheres\\_negras-retrato\\_das\\_condi%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_vida\\_das\\_mulheres\\_negras\\_no\\_Brasil](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%C3%AA_mulheres_negras-retrato_das_condi%C3%A7%C3%B5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil). Acesso em: 04 out. 2023.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/MARTINELLI%20M.%20Lucia.%20Serviço%20social%20%20identidade%20e%20alienacao.pdf/view>. Acesso em: 04 out. 2023.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, [S.L.], n. 73, p. 25-39, mar. 2022. Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, imperialismo, colonialismo e racismo**. IBEA (org.) São Paulo: Afro-Ásia, 1983.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB-RJ**, 3., 2003, Rio de Janeiro. Transcrição de palestra. Rio de Janeiro: Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 1-18, 1 set. 2021. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edições UESB. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo marcado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, A. C. **O bonde do desejo: o movimento feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)**. Estudos Feministas, Florianópolis, jan-abril 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100003>. Acesso em: 12 jun. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**. 2010. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. R. B.; CARVALHO, L. F. M. Família monoparental feminina e pobreza: uma abordagem histórica e social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 337-355, 2018.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. In. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, abr. 2017. UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.098>.

OLIVEIRA, I. M. *Assistência Social pós-LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso*. 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC/SP, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17548/1/Assistencia%20Social%20Pos%20LOAS%20em%20Natal.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022

Pátria Voluntária incentiva o voluntariado no país. **GOV BR**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/08/patria-voluntaria-incentiva-o-voluntariado-no-pais>. Acesso em: 04 out. 2023.

PEREIRA, C. P.; PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social. In. **Argumentum**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 40-65, 30 abr. 2021. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/33119/23381>. Acesso em: 04 out. 2023.

PIANA, M. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Cap. 1. p. 21-55. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3939381/mod\\_resource/content/1/politicas%20sociais%20brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3939381/mod_resource/content/1/politicas%20sociais%20brasil.pdf). Acesso em: 28 abr. 2023.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em: <https://democraciadireitoe genero.files.wordpress.com/2016/07/pinto-cc3a9li-reginajardim-uma-histc3b3ria-do-feminismo-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PINTO, R. M. F.; MICHELETTI, F. A. B.; BERNARDES, L. M.; FERNANDES, J. M. P. A. *et al.* Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. In. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 167-179, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/WTL3xcZ4gctQxh3tfCTszMq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Mulher negra com renda mensal de R\$ 285 é perfil de maioria no Cadastro Único**. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulher-negra-com-renda-mensal-de-r-285-e-perfil-de-maioria-no-cadastro-unico/>. Acesso em: 18 out. 2022.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. 61 p.

Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de Leão XIII “Rerum Novarum”. Papa Pio XI, 1931. Encíclicas papais. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html). Acesso em: 07 out. 2023.

RANGEL, M.; RODRIGUES, J. N.; MOCARZEL, M. Fundamentos e princípios das opções metodológicas: metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. In.: **Omnia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 05-11, jun. 2018.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/MarceloMocarzel/publication/325864000\\_Fundamentos\\_e\\_principios\\_das\\_opcoes\\_metodologicas\\_Metodologias\\_quantitativas\\_e\\_procedimentos\\_qualiquantitativos\\_de\\_pesquisa/links/5cc9cb1392851c8d2213e482/Fundamentos-e-principios-das-opcoes-metodologicas-Metodologias-quantitativas-e-procedimentos-quali-quantitativos-de-pesquisa.pdf](https://www.researchgate.net/profile/MarceloMocarzel/publication/325864000_Fundamentos_e_principios_das_opcoes_metodologicas_Metodologias_quantitativas_e_procedimentos_qualiquantitativos_de_pesquisa/links/5cc9cb1392851c8d2213e482/Fundamentos-e-principios-das-opcoes-metodologicas-Metodologias-quantitativas-e-procedimentos-quali-quantitativos-de-pesquisa.pdf). Acesso em: 04 out. 2023.

Rerum Novarum: sobre a condição dos operários. Papa Leão XIII, 1891. **Encíclicas papais**.

Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 07 out. 2023.

RIGHI, José Volnei. *Rap: Ritmo e Poesia Construção identitária do negro no imaginário do rap brasileiro* (2011). Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ROSA, B. O.; SANTOS, T. F.; FONSECA, D. J. Pensando a ética profissional do Serviço Social na obra "Quarto de despejo: diário de uma favelada". In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 16, 2019, Brasília. Anais [...] Brasília, 2019. Disponível em:

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/238/233>. Acesso em: 07 out. 2023.

ROSEMBERG, André. A questão social é um caso de polícia: da tragédia à farsa, uma ponte entre a primeira república e o século XXI. In. **Hydra**, Guarulhos, v. 1, n. 2, p. 5-19, ago. 2016.

Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9128/6661>. Acesso em: 17 out. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out. 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8770/6/ARTIGO\\_FundoPublicoPolíticas.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8770/6/ARTIGO_FundoPublicoPolíticas.pdf). Acesso em: 04 out./dez. 2023.

SANTOS, Sarah Sorati dos. **A construção histórica do machismo no cotidiano das mulheres**. 2020. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.

SANTOS, Sarah Sorati dos; REZENDE, R. M.; BATISTA, A. L. P.; CASTRO, A. L. B. *et al.* Lar da Caridade: reflexões acerca de políticas públicas e compromisso profissional a partir das expressões da questão social. In: **XX Sudestpet – UFU**. p. 322-326. Uberlândia, 2020.

SILVA, T. D. **Ações afirmativas e população negra no ensino superior: acesso e perfil discente**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td\\_2569.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf).

Acesso em: 07 out. 2023.

SILVA, T. S.; CAMPOS, E. C. S.; BOLZAN, I. F.; SOUZA, S. B. Os usuários da Assistência Social em municípios de pequeno porte: uma análise da questão étnico-racial a partir do cadastro único. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia, consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie**. X, 2021. São Luís. Disponível em:

Disponível em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1188\\_1188612e6b0cef7e0.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1188_1188612e6b0cef7e0.pdf). Acesso em: 04 out. 2023.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. In: **Revista de Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Serviço Social, v. 18, n. 1, 2008.

ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. **Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Clacso, 2022.

Disponível em: <https://alacip.org/?p=43864>. Acesso em: 04 out. 2023.